



BIANCA MICHALSKY MARTINS

**PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UMA ANÁLISE NO
MUNICÍPIO DE LAVRAS-MG**

LAVRAS - MG

2017

BIANCA MICHALSKY MARTINS

**PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA: UMA ANÁLISE NO MUNICÍPIO DE LAVRAS-MG**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade Federal de Lavras, como parte
das exigências do Curso de Administração
Pública, para obtenção do título de Bacharela.

Prof. Dr. Gustavo Costa de Souza

Orientador

LAVRAS – MG

2017

BIANCA MICHALSKY MARTINS

**PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA: UMA ANÁLISE NO MUNICÍPIO DE LAVRAS-MG**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade Federal de Lavras, como parte
das exigências do Curso de Administração
Pública, para obtenção do título de Bacharela.

APROVADA em 7 de agosto de 2017.

Dr. Dênis Renato de Oliveira UFLA

Dr. Júlia Moretto Amâncio

Prof. Dr. Gustavo Costa de Souza

Orientador

LAVRAS – MG

2017

Esse trabalho de conclusão de curso é dedicado para todas as pessoas com deficiências que passam por diversas dificuldades e merecem o melhor que nossa sociedade pode oferecer. Toda a população deve se conscientizar com essa temática, principalmente os gestores públicos.

AGRADECIMENTOS

A caminho desta conquista vivi muitas experiências, ampliei minha visão e meus conhecimentos. Aprendi a conviver, a não desistir de lutar, a tentar novamente, a superar e a surpreender. É um momento no qual transbordo satisfação e alegria, e gostaria de dividir com todos que estiveram ao meu lado, e agradecer a todos que contribuíram para que, hoje, pudesse chegar onde cheguei.

Primeiramente agradeço à Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, ao longo de minha vida, e não somente nestes anos como universitária, mas que em todos os momentos é o maior mestre que alguém pode conhecer.

Agradeço a vida por me permitir conhecer o campo de públicas, pelo qual me apaixonei incondicionalmente.

À minha família, por sua capacidade de acreditar no meu potencial e sempre me apoiar. Mãe, seu cuidado e dedicação me deram a esperança para seguir. Pai, sua presença significou segurança e certeza de que não estou sozinha nessa caminhada.

Aos meus irmãos Straus e Raíssa que nunca mediram esforços para me ajudar, e sempre estiveram presentes em toda minha trajetória.

Às administradoras públicas mais lindas e especiais do mundo, Sabrina, Jéssica e Maitê, pelas alegrias, tristezas, dores, danças, festas, trabalhos, enfim, todos os momentos compartilhados.

Aos “acampeiros” mais parceiros que poderia ter conhecido Marciel, Thayná, Bg, Chris, Dudu, Ev’s, Toco, Riva, Mari, Laura, Físico, Marina e Marinova, pelo carinho, apoio e aventuras vividas, que vou levar sempre em meu coração.

Às meninas mais companheiras e cativantes do Brejão Jéssica, Larissa, Paula, Natália, Rafaela, Maria, Renata, Camila, Daniela e Eliane que me suportaram durante muitos anos debaixo do mesmo teto.

Aos meus amigos que me acolheram nos estágios PRP e EPAMIG, que sempre acreditaram no meu potencial, e trouxeram grandes ensinamentos que vou levar para toda minha vida.

Ao Departamento de Relações Internacionais por me ajudar, em todas as etapas do intercâmbio.

Aos amigos que fiz na Colômbia, que me apoiaram e me fortaleceram durante o intercâmbio, sendo essenciais nessa trajetória.

Aos meus amigos espalhados por esse Brasil, a começar com Muzambinho, Monte Santo de Minas, Foz do Iguaçu, Ribeirão Preto, Belo Horizonte, São Paulo, Poços de Caldas e Lavras, sendo que cada um teve sua importância na minha caminhada até aqui.

Ao curso de Administração Pública e às pessoas com quem convivi nesses espaços ao longo desses anos. As experiências de uma produção compartilhada na comunhão com amigos foram a melhor experiência da minha formação acadêmica.

Agradeço também à Universidade Federal de Lavras, pela oportunidade de fazer o curso.

A todos os professores por me proporcionar o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, por tanto que se dedicaram a mim, não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender.

Em especial ao Prof. Gustavo, responsável pela orientação deste trabalho, e ao coordenador do curso Prof. Dênis, pelo convívio, apoio, compreensão e pela amizade.

A todas que se disponibilizaram para realização das entrevistas, e que mostraram um pouco de seu amor com as pessoas com deficiência.

O meu muito obrigado a todos! Vocês fazem parte da minha conquista e esta tem o sabor das dificuldades superadas, do dever cumprido, das sólidas amizades e dos momentos inesquecíveis compartilhados.

RESUMO

O debate sobre a inclusão da pessoa com deficiência na gestão pública contemporânea é tomado nesta pesquisa, para além da acessibilidade. Para tanto, tem-se como objetivo analisar a participação dos atores envolvidos nas políticas públicas para pessoas com deficiência no município de Lavras, Minas Gerais, e, propor soluções para problemas encontrados. Os conceitos utilizados perpassam pela importância da inclusão das pessoas com deficiência, os processos das políticas públicas, a cidadania deliberativa e gestão social, os embasamentos legais e os direitos das pessoas com deficiência e, por fim, as políticas públicas para pessoas com deficiência. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas e pesquisas bibliográficas e documentais, com intuito de conhecer mais à fundo os atores relacionados com a causa, obtendo assim informações importantes sobre a temática. Por meio dessas foi notado que a participação dos atores envolvidos nas políticas públicas em Lavras é grande, mas a participação das pessoas com deficiência em si não é alta. Quanto as soluções para alguns problemas encontrados propõem-se o incentivo da participação das pessoas com deficiência nas políticas públicas e em outras atividades inclusivas. Também foi identificada a necessidade de se fortalecer as parcerias e as relações de apoio entre os atores, de fiscalizar e acompanhar as ações e de capacitar os atores envolvidos com a temática por meio de cursos e treinamentos. Nesse sentido, esse trabalho trouxe contribuições, podendo ser esse uma base para futuras pesquisas, além de mostrar para os gestores seus pontos fortes e fracos, para que esses sejam repensados, melhorados e corrigidos.

Palavras-chave: Pessoas com deficiência. Inclusão. Participação social. Políticas públicas.

RESUMEN

El debate sobre la inclusión de la persona con discapacidad en la gestión pública contemporánea se toma en esta investigación, además de la accesibilidad. Por eso, se tiene como objetivo analizar la participación de los actores involucrados en las políticas públicas para personas con discapacidad en el municipio de Lavras, Minas Gerais, y proponer soluciones a problemas encontrados. Los conceptos utilizados pasan por la importancia de la inclusión de las personas con discapacidad, los procesos de las políticas públicas, la ciudadanía deliberativa y la gestión social, los fundamentos legales y los derechos de las personas con discapacidad y, por último, las políticas públicas para las personas con discapacidad. La recolección de datos fue realizada por medio de entrevistas e investigaciones bibliográficas y documentales, con la intención de conocer más a fondo a los actores relacionados con la causa, obteniendo así informaciones importantes sobre la temática. Por medio de ellas se notó que la participación de los actores involucrados en las políticas públicas en Lavras es grande, pero la participación de las personas con discapacidad en sí no es alta. En cuanto a las soluciones para algunos problemas encontrados se propone el incentivo de la participación de las personas con discapacidad en las políticas públicas y en otras actividades inclusivas. También se identificó la necesidad de fortalecer las alianzas y las relaciones de apoyo entre los actores, de fiscalizar y acompañar las acciones y de capacitar a los actores involucrados con la temática por medio de cursos y entrenamientos. En ese sentido, ese trabajo trajo contribuciones, pudiendo ser ese una base para futuras investigaciones, además de mostrar para los gestores sus puntos fuertes y débiles, para que esos sean repensados, mejorados y corregidos.

Palabras clave: Personas con discapacidad. Inclusión. Participación social. Políticas públicas.

LISTA DE SIGLAS

APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CENAV	Centro Nacional de Atendimento as Pessoas com Deficiência Auditiva e Visual
CIAPD	Centro Integrado de Atenção à Pessoa com Deficiência
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
COMDEF	Conselho Municipal de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência
CONADE	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência
CORDE	Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
DEF	Departamento de Educação Física
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MEC	Ministério da Educação
NAUFLA	Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal de Lavras
OTS	Organizações do Terceiro Setor
PADNEE	Programa de Atendimento ao Discente com Necessidade Educacional Especiais
PALCO	Programa de acessibilidade linguística e comunicacional
PID	Plano individual do discente
PIPA	Programa de Intervenção Precoce Avançada
PPA	Plano Plurianual
PRAEC	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários
PROATED	Programa de Ações Terapêuticas na Educação
SNPD	Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UFLA	Universidade Federal de Lavras

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	11
2.	OBJETIVO GERAL	13
2.1	Objetivos Específicos	13
3	JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA.....	14
4	REFERENCIAL TEÓRICO	15
4.1	Importância da inclusão das pessoas com deficiência	16
4.2	Processos das políticas públicas.....	18
4.3	Cidadania deliberativa e participação social	20
4.4	Embasamentos legais e direitos das pessoas com deficiência	23
4.5	Políticas públicas para pessoas com deficiência.....	27
5	METODOLOGIA.....	30
5.1	Delimitação da pesquisa e amostra	30
5.2	Procedimentos metodológicos.....	30
5.3	Tipo de dados	32
6	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	33
6.1	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais em Lavras (APAE)	33
6.2	Conselho Municipal de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (COMDEF)	36
6.2.1	Presidente do COMDEF e Deficiente Visual.....	36
6.2.2	Vice-presidente do COMDEF e Coordenadora da Coordenadoria de Educação Especial de Lavras	39
6.3	Pessoas com Deficiência	42
6.4	Coordenadoria de acessibilidade da UFLA.....	45
6.5	Inclusão social por meio da iniciação esportista para pessoas com deficiência (PARADESPORTO).....	49
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	54
	APÊNDICES	59
	Apêndice I.....	59

1. INTRODUÇÃO

A inclusão é um discurso promissor no contexto contemporâneo. Segundo Mazzotta e D'Antino (2011), esse discurso tornou-se um lema, sobretudo a partir dos anos 1980, que impulsionou e impulsiona movimentos sociais e também a implementação de políticas públicas. Se tomarmos pelo ponto de vista das empresas, é uma oportunidade para garantia de sua responsabilidade social e corporativa. Do ponto de vista das pessoas, vê-se esse discurso amparado pela necessidade da imagem do politicamente correto e de ser responsável. Na visão da administração pública, serve de promoção de candidatos e de âncora para discursos ideológicos. No entanto, a distribuição e o consumo do discurso da inclusão têm um ator que por mais interessado seja, tanto as empresas, quanto as pessoas e o Estado têm deixado de lado: a pessoa com deficiência.

O debate sobre a inclusão da pessoa com deficiência na gestão pública contemporânea é tomado nesta pesquisa para além da acessibilidade. Ou seja, privilegia a perspectiva de inclusão como um processo de emancipação do indivíduo no que tange à sua participação e de atores relacionados com esta temática nas decisões políticas. Busca-se compreender como se dá a participação dos atores envolvidos nas políticas públicas inclusivas, a relação dos atores sociais com as pessoas com deficiência e vice-versa.

Em outras palavras, inclusão aqui pode ser entendida como processo de formação cidadã da pessoa com deficiência e garantia de seus direitos.

Inclusão das pessoas com deficiência é um direito em que o Estado busca garantir, e essa é auxiliada por políticas públicas, por Organizações do Terceiro Setor (OTS), como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES), e pela sociedade civil em geral.

São muitos os atores que auxiliam na inclusão das pessoas com deficiência, porém existem alguns de maior importância social. Dessa forma, analisar a participação social, de acordo com Diegues (2012), faz com que sejam exploradas as práticas participativas inovadoras capazes de romper a dinâmica predominante, conscientizando e mobilizando a sociedade para uma participação mais efetiva na gestão das políticas públicas.

Díaz *et al.* (2009) mostram que o Brasil teve uma trajetória de grande melhoria no que se refere às políticas para as pessoas com deficiência, sendo essa melhoria nítida a todos. Dado que elas sofriam grandes preconceitos e eram julgadas incapazes de viver uma vida “normal”, muitas das vezes sendo consideradas como anomalias. Sabe-se que essa não é a realidade, elas podem estudar, trabalhar, viajar entre outras atividades, todavia é claro que muitas das vezes necessitam de auxílios e modificações.

Oliveira, Nogueira e Neves (2004) mostram que um dos pontos preponderantes para essa melhoria foi a Constituição Federal de 1988, que trouxe grandes avanços quanto aos direitos das pessoas com deficiência, principalmente para a área da assistência social (Art. 203, IV e V). Outro ponto importante foi a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) nº 8.742, que ajudou na promoção e integração à vida social as pessoas com deficiência.

O trabalho está estruturado em seis seções além desta introdução. A segunda seção traz o objetivo geral do projeto enquanto que, na terceira seção, discorre-se sobre a justificativa e relevância apresentando, para tanto, os motivos e a importância da escolha. A seção 4 diz respeito ao referencial teórico e analisa a literatura relacionada ao tema no que refere-se aos seguintes assuntos: importância da inclusão das pessoas com deficiência, os processos das políticas públicas, a cidadania deliberativa e gestão social, os embasamentos legais e os direitos das pessoas com deficiência e, por fim, as políticas públicas para pessoas com deficiência. Já na seção 5, apresenta-se a metodologia, que explica os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa seguidos, na seção 6, pelos resultados, que referem-se a apresentação das respostas obtidas pelas entrevistas e pelas análises documentais e bibliográficas. Na última seção, apresenta-se as considerações finais do trabalho juntamente com algumas sugestões para melhoria das políticas públicas para pessoas com deficiência no município estudado.

Desta maneira, este trabalho teve como intuito responder à problemática: como se dá a participação dos atores envolvidos nas políticas públicas para pessoas com deficiência no município de Lavras-MG?

2. OBJETIVO GERAL

O objetivo geral deste trabalho é analisar a participação dos atores envolvidos nas políticas públicas para pessoas com deficiência no município de Lavras-MG.

2.1 Objetivos Específicos

Já os objetivos específicos são:

- Examinar o marco legal da inclusão das pessoas com deficiência no Brasil.
- Identificar os principais atores envolvidos nas políticas públicas para pessoas com deficiência na cidade de Lavras-MG.
- E também analisar quais são os resultados dessa participação ou não, para o público-alvo e para a sociedade civil em geral, de forma a diagnosticar falhas e disfunções para propor melhorias de acordo com as perspectivas de vários atores.

3 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA

De acordo com Farah (2011), a Administração Pública é um campo multidisciplinar, sendo que um dos ramos é o estudo da importância das políticas públicas em nossa sociedade, que se dão por meio de ações que tem como objetivo resolver problemas públicos e sociais. Mostrando assim a importância da criação e análise de políticas públicas, em todos os campos.

A temática política pública para pessoas com deficiência é um assunto que tem grande relação com a gestão social, direito social e humano. Dessa forma, fazer um estudo desta temática traz ganhos, tanto para a formação como administrador público, quanto para a comunidade acadêmica, por ter relevância social.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em seu Censo de 2010 (IBGE, 2017), cerca de 24% da população Brasileira possui algum tipo de deficiência, o que mostra que esse assunto envolve uma quantidade expressiva da sociedade.

Dessa forma, analisar a participação dos atores envolvidos nas políticas públicas para pessoas com deficiência, traz diferentes opiniões acerca da mesma temática, sendo que os politólogos, sempre devem estar cientes das opiniões, para melhor efetividade de suas ações. Por isso, estudar como a participação desses atores interfere nos resultados da inclusão e das políticas públicas inclusivas tem vasta pertinência social, além de ser uma temática pouco desenvolvida pela academia.

Ademais, esse estudo busca contribuir com a discussão sobre a importância da participação social na produção, execução e avaliação de políticas públicas, além de evidenciar que as políticas públicas são formas de garantia de direitos aos cidadãos e devem ser estudadas, respeitadas e analisadas, devido à sua notável significância.

Além de ter relevância científica, por se tratar de um assunto pouco respaldado cientificamente, já que a participação dos atores envolvidos com a causa não é uma área muito estudada, porém a temática é importante para garantia e melhoria dos direitos das pessoas com deficiência. Em sua maioria pesquisas que buscam o direito das pessoas em geral, tem grande relevância, pois mostram a realidade desses direitos no objeto estudado, trazendo resultados que ajudam na busca da maioria dos mesmos.

Portanto, a escolha dessa temática para estudo, está diretamente ligada à relevância da mesma para sociedade, além da necessidade de novas pesquisas acadêmicas que discutam caminhos para inclusão das pessoas com deficiência.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

A inclusão das pessoas com deficiência é um assunto que tem sido discutido nos dias de hoje por diversos atores. Tal discussão é necessária para formação de cidadãos. Mas nos perguntamos: será que têm sido colocadas em prática todas as discussões e as várias políticas públicas de inclusão?

Segundo o Instituto Ethos (2002), a inclusão faz parte do compromisso ético de promover a diversidade, respeitar a diferença e reduzir as desigualdades sociais. Isto coloca a inclusão das pessoas com deficiência entre os temas a serem tratados pelas empresas.

Na visão da Organização Mundial da Saúde (2003), a inclusão social é compreendida pela categoria denominada “participação ativa” que inclui as pessoas com deficiência – estruturalmente, corporalmente e psicologicamente – na convivência social. Simonelli e Camarotto (2011, p. 13) corroboram com o tema ao abordarem o conceito de inclusão social “como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com deficiência e, simultaneamente, como são preparadas para assumir seus papéis na sociedade”.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, também denominado como Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (BRASIL, 2015), define pessoa com deficiência como: “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

A fim de complementar a definição acima, é necessário entender individualmente cada tipo de deficiência de acordo com a Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015): a deficiência de natureza física é entendida como perda grave ou total da capacidade motora. Já a mental é a redução do funcionamento intelectual inferior à média da sociedade, que estão ligados no mínimo a dois aspectos de adaptação como: comunicação, cuidados pessoais, competência domésticas, habilidades sociais, utilização dos recursos comunitários, autonomia, saúde e segurança, aptidões escolares, lazer e trabalho. A intelectual caracteriza-se por grandes limitações, tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo, manifestados nas habilidades conceituais, sociais e práticas. Por fim a sensorial se caracteriza pelo não funcionamento total ou parcial de algum dos cinco sentidos, ou seja, a deficiência sensorial não constitui sempre a falta de um dos sentidos, mas sim a impossibilidade de usá-los plenamente.

Para melhor compreensão, o referencial foi dividido em cinco pontos, que são: (1) importância da inclusão das pessoas com deficiência, (2) o processo das políticas públicas, (3) cidadania deliberativa e gestão social, (4) embasamentos legais e direitos das pessoas com deficiência e, (5) políticas públicas para pessoas com deficiência.

4.1 Importância da inclusão das pessoas com deficiência

É importante para a discussão da inclusão da pessoa com deficiência a formação de uma sociedade inclusiva onde a inclusão social passa a ter fundamentalmente na sua estrutura o preceito de equidade. Neste sentido,

A sociedade, no seu dia-a-dia, precisa se adaptar às necessidades das pessoas com deficiência, dividindo espaços com igualdade e, principalmente, com respeito e aceitação às diferenças. As formas limitadas como as escolas e instituições ainda atuam, têm levado parcela considerável dos alunos à exclusão, principalmente das minorias – sejam elas sociais, sexuais, de grupos étnicos ou de pessoas com deficiência. A base da inclusão consiste no conceito de que toda pessoa tem o direito à educação e que esta deve levar em conta seus interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem (ROCHA; MIRANDA, 2009, p. 28).

De acordo com Mazzotta e D'Antino (2011), a mediação cultural da sociedade sobre essa temática está atrelada à educação e a inclusão escolar. Segundo os autores, é de suma importância a formação dessa cultura, principalmente, para mostrar que as pessoas com deficiência têm direito à educação e ao lazer, partilhando as escolas, empresas, cidade e outros espaços estruturados.

Para uma educação inclusiva é necessária a criação de políticas públicas inclusivas, e que elas sejam aplicadas. Neste contexto, quando as políticas públicas educacionais respeitarem o ser humano e suas diferenças, permitirem o acesso à escola, de forma a interagir, socializar e aprender, pode-se acreditar que as políticas estão desempenhando o seu papel (BARRETA; CANAN, 2012). Os autores alertam que estas práticas devem evidenciar não somente dados quantitativos, mas que reflitam qualidade e equidade na aplicação destas políticas. Como eles bem argumentam, a implementação dessa política deve ser abrangente, não favorecendo apenas um pequeno grupo de alunos e de forma fragmentada (BARRETA; CANAN, 2012).

Para suprir as necessidades e melhorar a garantia dos direitos das pessoas com deficiência,

a formulação de políticas públicas voltadas para a garantia dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência está, por conseguinte, sendo

progressivamente incorporada à agenda política e, conseqüentemente, o acesso a bens e serviços para todos, com equiparação de oportunidades, tornou-se uma demanda evidente para os agentes políticos. (BRASIL, 2012, p. 21).

As políticas públicas de inclusão de pessoas com deficiências podem ter caráter de políticas sociais, que de acordo com Höfling (2001) se referem a atividades que tem como objetivo a proteção social realizada pelo Estado, voltadas principalmente para a redistribuição dos benefícios sociais com intuito de diminuir as desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico, e têm como origem os movimentos populares do século XIX, devidos aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no decorrer das primeiras revoluções industriais.

Höfling (2001) complementa que administração pública e o Estado, tem como função atender a sociedade como um todo, não favorecendo os interesses das elites econômicas, devem estipular como primaz programas de ação universalizantes, que viabilizem conquistas sociais pelos grupos e setores desfavorecidos, aspirando à reversão do desequilíbrio social. Uma das ações que podem ser realizadas para diminuir toda essa desigualdade social existente é por meio de políticas públicas, sendo que estamos dando enfoque nas com temáticas ligadas à inclusão das pessoas com deficiências.

Outro ponto apresentado por Mazzotta e D'Antino (2011) é sobre a importância da inclusão das pessoas com deficiência por meio de ações inclusivas voltadas para cultura, educação, lazer entre outros setores sociais que contemplem a diversidade da condição humana, ajudam na construção de uma melhor relação interpessoal, social e também política, além de tendenciosamente reduzir os vergonhosos efeitos da discriminação, preconceito e exclusão social, aos quais muitas pessoas com deficiência estão sujeitas.

Falando do trabalho de políticas públicas a respeito da inclusão, na visão de professores de educação especial no Rio de Janeiro, Cunha e Leandro (2008) argumentam que, atualmente, o exercício da inclusão propaga o processo inclusivo como um paradigma social, delineado sob uma proposta de grande transformação da sociedade e de reciprocidade de ações entre sociedade e pessoas com deficiência, por outro lado acreditam que, para que haja uma verdadeira inclusão, é necessária a promoção de um debate sobre as políticas públicas inclusivas que respaldam sua prática pedagógica, possivelmente pelos professores, que se percebem despreparados para contribuir no estabelecimento deste novo paradigma. Os resultados das pesquisas mostram que em sua maioria expressam em seus discursos o desejo de se prepararem melhor como agentes promotores da inclusão. Mas eles acreditam na importância do seu papel neste processo.

Percebe-se que políticas públicas de inclusão são de grande importância para toda a sociedade, visto que trazem grandes benefícios à sociedade em geral, a começar com a diminuição da desigualdade social, além da melhoria na garantia dos direitos das pessoas com deficiência, como já discutido anteriormente.

4.2 Processos das políticas públicas

Para iniciar essa temática é necessário compreender alguns termos, a começar com o que seria o processo de políticas públicas que, de acordo com Saravia (2006), refere-se aos diferentes estágios que uma política pública passa, sendo que cada um tem diversos atores, coalizações, processos e enfoque distintos, e acrescenta que precisam ser melhores especificadas na América Latina. As etapas comumente usadas no processo de políticas públicas são formulação, implementação e avaliação.

Antes dessas fases, existe uma etapa que é delimitar e reconhecer os problemas públicos, uma vez que as políticas públicas buscam saídas aos problemas, sendo também importante analisar e levar em consideração os atores envolvidos. De forma a complementar esse pensamento o autor Dias e Matos (2012) argumentam que delimitar um problema público é politicamente indispensável na elaboração de uma política pública; inclui definir quais são seus elementos e sintetizar em uma fase a essência dele. Entretanto, é preciso salientar que qualquer definição oficial do problema é temporária. Nas fases posteriores da formulação das alternativas e na implementação, os problemas públicos podem ser redefinidos e adaptados pelos atores envolvidos.

Por sua vez, a formulação é uma fase que deve ser realizada dentro dos processos de políticas públicas. Para Saravia (2006), a formulação engloba a seleção e especificação da alternativa considerada mais propícia, adjunta da declaração que explica a decisão tomada, respaldando seus objetivos e seu marco jurídico, administrativo e financeiro.

Para Pinto (2007), o processo de formulação, traz consigo espaço para muitos atores que é a junção de alguns fatores que dirigem um programa para agenda de decisão. Para obter melhores resultados os diversos atores contribuem de inúmeras maneiras como com sua popularidade política, com seus conhecimentos e estudos específicos, outros oferecem seu senso pragmático de possibilidades, seu dom de chamar atenção, ou até sua autoridade.

De acordo com Rua e Romanini (2014, p. 4), a implementação é o conjunto de eventos e atividades que acontecem posteriormente a definição das diretrizes de uma política

pública, que englobam tanto o esforço para administrá-la como os seus efeitos substantivos sobre pessoas e eventos.

Aguilar Villanueva (1992) mostra a complexidade do processo de implementação de políticas públicas, pontuando algumas ações necessárias para a realização a começar pela: localização e enumeração das instâncias governamentais ou não, que intervém na implementação; determinação do papel do programa para o desenvolvimento das ações; identificação das perspectivas e objetivos dentro do programa; e averiguação do quão urgente essa atividade é para desempenhar suas atividades.

Rua e Romanini (2014) mostram a grande complexidade da fase de implementação, pois acreditam que é a etapa mais problemática das políticas públicas, para tentar enfrentar as dificuldades elas apresentam algumas variáveis. Sendo essas: a) não admitir ambiguidades; b) fazer com que os elos sejam mínimos na estrutura de implementação; c) prevenir interferências externas; e d) controle administrativo sobre os atores abrangidos.

Além de referir à implementação como “o elo perdido” entre as decisões tomadas na formulação e a avaliação dos resultados das políticas públicas, uma vez que é a etapa do processo em que há mais escassez de pesquisas (RUA; ROMANINI, 2014).

Outro processo dentro das políticas públicas é a formação da agenda, que, de acordo com Saravia (2006), é o primeiro momento da inclusão de assuntos ou necessidades sociais na agenda, ou seja, na lista de prioridades, do poder público. De forma complementar sobre a temática o autor acrescenta que:

Na sua acepção mais simples, a noção de “inclusão na agenda” designa o estudo e a explicitação do conjunto de processos que conduzem os fatos sociais a adquirir status de “problema público”, transformando-os em objeto de debates e controvérsias políticas na mídia. Frequentemente, a inclusão na agenda induz e justifica uma intervenção pública legítima sob a forma de decisão das autoridades públicas (SARAVIA, 2006, p.33).

Lahera (2014) traz alguns pontos sobre a agenda, mostrando que nem toda ideia entra na agenda e nem todos os temas da agenda se transformam em programas ou políticas. Tal pesquisador acredita que a agenda pública se baseia em um jogo de poder onde se constroem legitimidade e ilegitimidade o ordenamento de valores de maneira implícita. A estabilidade da agenda está relacionada com sua estrutura, quando existe menor estrutura a agenda pode mudar de maneira mais rápida, e sua fragmentação também pode afetar a estabilidade. A opinião pública pode afetar mais a agenda do que as políticas em si, dado que quem influencia nas políticas públicas são menos visíveis. No entanto, a opinião pública é limitada quanto aos

efeitos do desenho das políticas é que muitas esferas importantes são quase invisíveis para o público em geral.

E, por fim, alguns exemplos apresentados por Saravia (2006) para validar a afirmação que as fases das políticas públicas precisam ser melhores especificadas na América Latina, a começar com a necessidade de diferenciar a elaboração da formulação, dado que elaborar se refere à preparação da decisão política, e formular é a decisão política em si formalizada por norma jurídica. Outra fase que também é necessária ser melhor detalhada na América Latina é a implementação, além da necessidade de separar a implementação da execução, posto que implementar é elaborar os planos, programas e projetos, e executar é pôr em prática a decisão política. Não podendo esquecer também de fazer um acompanhamento de todos os processos e por fim realizar uma avaliação da política pública a fim de verificar a efetividade da ação e realizar mudanças para melhoria da mesma.

4.3 Cidadania deliberativa e participação social

Sabe-se que a construção de uma cidadania que envolva a participação de pessoas com deficiência na esfera pública apresenta grandes desafios a serem enfrentados. Ainda existem certas defasagens no que tange aos mecanismos de participação e promoção de ações efetivas e afirmativas. De fato, a construção de uma experiência num determinado território é permeada por diversos fatos, diálogos e eventos inesperados e não lineares que são, na maior parte das vezes, ignorados por boa parte da literatura administrativa tradicional; mas que, por outro lado, estão presentes no que alguns pesquisadores denominam de cidadania deliberativa (HABERMAS, 2003; TENÓRIO, 2005). Neste contexto, há importantes contribuições do campo da gestão social. Neste campo, apesar das divergências entre si, parece haver uma convergência entre alguns teóricos sobre a necessidade de um processo de gestão que seja dialógico e transparente, no qual as pessoas se comunicam livremente em busca de consensos (TENÓRIO, 2008a; 2008b; FISCHER, MELO, 2006; FRANÇA FILHO, 2008; ABRAMOVAY, 2006; DOWBOR, 1999).

Outro ponto importante que se deve levar em consideração são os atores envolvidos com as políticas públicas e a participação dos mesmos. De acordo com Tude (2017), diversos são os atores sociais interessados na discussão das políticas públicas, em todas as fases como formulação, implementação ou avaliação. Esses atores procuram influenciar todo o processo político de forma individualista, sendo classificados em atores estatais e atores privados.

Dessa forma é necessário levar em consideração os atores e suas influências para que assim possam melhorar a efetividade das políticas públicas.

Na medida em que o debate sobre a gestão social se desenvolveu, foram estabelecidos esforços para que os conceitos e práticas fossem relevantes no contexto dos estudos sobre o tema. Um dos pontos de partida dos estudos da gestão social é o referencial habermasiano onde se destaca a discussão sobre a Teoria da Ação Comunicativa (HABERMAS, 1987), sobre a esfera pública e democracia deliberativa (HABERMAS, 2003).

Entende-se por cidadania o conceito definido por Marshall (1967), quando estabelece que a cidadania seja compreendida pelos direitos civis, políticos e sociais. Nesta perspectiva, os direitos civis são relacionados à liberdade individual (das pessoas, de fala, pensamento, propriedade e religião) e justiça. Já os direitos políticos estão associados à participação no exercício do poder, assegurado pelo voto. E os direitos sociais são relativos ao nível de vida predominante e ao patrimônio social da sociedade, que são proporcionados através dos serviços sociais e do sistema educativo.

A cidadania deliberativa decorre desta tradição teórica, onde Tenório (2005, p.105) conceitua que a “legitimidade das decisões políticas deve ter origem em processos de discussão, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum”. De fato, a construção de uma experiência num determinado território é permeada por diversos fatos, diálogos e eventos inesperados e não lineares que são, na maior parte das vezes, ignorados por boa parte da literatura administrativa tradicional. É possível verificar um esforço de pesquisadores em demonstrar as diferenças entre o que pode ser considerada uma gestão tradicional ou estratégica racional e a gestão social participativa e, muitas vezes, não linear (TENÓRIO, 2005). Nesse contexto, os atores locais possuem grande relevância, pois basicamente, são aqueles agentes que no campo político, econômico, social e cultural são portadores e fomentadores das potencialidades locais.

Neste aspecto, a cidadania deliberativa emerge em busca de alternativas ou soluções às demandas locais por intermédio do efetivo exercício de direitos e deveres dos atores nos territórios. A participação de distintos atores na busca por soluções para as demandas sociais, culturais e econômicas nos diversos territórios, proporciona uma análise por meio da aproximação da corrente teórica que trata do processo decisório e a prática. Em suma, a participação de distintos atores locais vistos sob a perspectiva do fluxo de ações e do processo decisório permite reflexões complementares para o campo da gestão social do território, conseqüentemente da efetivação da cidadania deliberativa voltada para a inclusão de pessoas com deficiência na esfera pública.

Milani (2008) faz uma discussão sobre a participação social nas políticas públicas que tem grande relação com cidadania deliberativa, mostrando que na deliberação democrática, o mundo das instituições políticas se abre aos atores da sociedade civil para compartilhar a responsabilidade da decisão política e construir consensos sobre os conteúdos da política pública. Argumenta que participação social é fundamental na construção da institucionalidade participativa, visto que seria desgastante para o cidadão e organizações da sociedade civil uma série de discussões sem a posterior implementação das decisões.

O conceito de cidadania deliberativa vai além de se ter direitos civis, políticos e sociais. Diversos autores trabalham este conceito na construção da gestão social e na análise de políticas públicas. A cidadania deliberativa é uma cidadania ativa e se relaciona com a presença da sociedade civil como capaz de tematizar problemas na esfera pública (Tenório et al., 2008). Dessa forma, a esfera pública teorizada por Habermas (1992) é fundamental, servindo para identificar e enfeixar fluxos comunicacionais até o executivo, legislativo e judiciário. De forma mais específica, a esfera pública:

Tem a ver com o espaço social do qual pode emergir uma formação discursiva da opinião e da vontade política. No seu bojo colidem os conflitos em torno do controle dos fluxos comunicativos que percorrem o limiar entre o mundo da vida e a sociedade civil e o sistema político e administrativo. A esfera pública constitui uma caixa de ressonância dotada de um sistema de sensores sensíveis ao âmbito de toda sociedade, e tem a função de filtrar e sintetizar temas, argumentos e contribuições, e transportá-los para o nível dos processos institucionalizados de resolução e decisão, de introduzir no sistema político os conflitos existentes na sociedade civil, a fim de exercer influência e direcionar os processos de regulação e circulação do poder do sistema político, através de uma abertura estrutural, sensível e porosa, ancorada no mundo da vida (LUBENOW, 2010, p. 236).

Em síntese, a cidadania deliberativa reflete “a ação política deliberativa onde o indivíduo deve participar de um procedimento democrático, decidindo seu destino social como pessoa humana, quer como eleitor, trabalhador ou consumidor” (TENÓRIO *et al.*, 2008, p. 15). No que tange à inclusão de deficientes na esfera pública, a cidadania deliberativa tem um potencial fundamental para a formação de uma reflexão, que aponte para mecanismos de institucionalização onde tanto o poder administrativo, como político colidem-se de uma forma dialógica na consecução de políticas e arranjos institucionais. Além disso, contribui para a formação de sujeitos emancipados e capazes de se pronunciar na democracia ao votar, trabalhar e ao consumir.

Pensando especificamente a inclusão, “apesar de a teoria de Habermas parecer referir-se apenas às pessoas que são capazes de falar por si mesmas ‘naturalmente’”, ou seja, “pessoas que não necessitam de modificações ambientais para participarem do discurso” a

teoria habermasiana contribui para a análise da inclusão de deficientes na esfera pública ao levantar a questão do “respeito à pluralidade humana” (SELLA e MULLER, 2011, p. 181).

4.4 Embasamentos legais e direitos das pessoas com deficiência

Para iniciar os embasamentos legais e direitos das pessoas com deficiência é necessário saber do principal marco legal, que foi a Constituição Federal de 1988, sendo que essa abriu portas para diversas outras normas, leis, conselhos entre outros relacionados a garantia dos direitos das pessoas com deficiência. Os principais marcos legais serão apresentados nesta seção.

O artigo 23 e inciso II da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) dita que é competência da União, Estados, Distrito Federal e Municípios cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas com deficiência. E o artigo 24, inciso XIV, complementa que é de função da União, Estados e Distrito Federal legislar em prol da proteção e integração social das pessoas com deficiência.

Logo em seguida da constituição surgiu a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 (BRASIL, 1989), que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência e sua integração social, com ajuda da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), que tem como função instituir e tutelar jurisdicionalmente os interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, atua por meio do Ministério Público, define crimes, e dão outras providências, essa trouxe consigo o começo da proteção legal para as pessoas com deficiência.

Posteriormente a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, sendo que artigo 93, parágrafo 3 alega que o Ministério do Trabalho e Emprego deve estabelecer a sistemática de fiscalização, bem como gerar dados e estatísticas sobre o total de empregados e as vagas preenchidas por pessoas com deficiência e por beneficiários reabilitados da Previdência Social, fornecendo-os, quando solicitados, aos sindicatos, às entidades representativas dos empregados ou aos cidadãos interessados (BRASIL, 1991).

Para a criação e a implementação de políticas é necessário que haja alguns órgãos que possam fiscalizar e ajudar na produção do mesmo. No caso das pessoas com deficiência, o órgão de controle é Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE), que tem a função de gerir as políticas públicas de atenção às pessoas com deficiência. Este conselho foi criado por meio do Decreto 3.076, de 01 de junho de 1999

(FRAGA e SOUZA, 1999), que tem como intuito garantir a integração e a inclusão social e o pleno exercício dos direitos individuais e coletivos das pessoas com deficiência.

Como complemento e para melhor entendimento, uma explicação mais específica no que se refere às pessoas com deficiência, segue uma definição apresentada no decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2009).

Esse decreto tem o objetivo de “promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente” (BRASIL, 2009).

Dessa forma, é fundamental que esse decreto seja efetivo em seus dizeres. Uma vez que procura fazer com que as pessoas com deficiência tenham direitos humanos igualitários (BRASIL, 2009).

Um ponto que vale ressaltar é a política pública instituída pelo Decreto Nº 7.612, de 17 de novembro de 2011, chamada Viver sem limite, tem como finalidade promover, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações, o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência, é conhecida nacionalmente, tendo quatro eixos que são: acesso à educação; atenção à saúde; inclusão social; e acessibilidade. Buscando conscientizar que o Brasil é de todos e todas, a hora é de garantir políticas públicas para a efetividade desses direitos. (BRASIL, 2011).

A SNPD, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, afirma que “o Brasil tem avançado na elaboração e execução de políticas públicas para as pessoas com deficiência em consonância às diretrizes colhidas nas Conferências Nacionais” (SNPD, 2012, p. 29), o que acarreta assim em uma grande melhoria no que se refere à inclusão das pessoas com deficiência nos dias atuais.

Agora falando sobre vagas reservadas na educação, o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Normatizando que as universidades federais e os institutos federais de ensino técnico de nível médio deverão reservar parte das vagas destinadas às cotas de escolas públicas a estudantes com deficiência (BRASIL, 2012).

Para garantia e continuação destas melhorias foi promulgada a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (BRASIL, 2015) para inclusão da pessoa com deficiência. Esta lei tem como

objetivo “assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”.

A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 perpassa por vários assuntos de suma importância para pessoas com deficiências, o que inclui questões como da igualdade e da não discriminação, do atendimento prioritário, do direito à vida, do direito à habilitação e à reabilitação, do direito à saúde, do direito à educação, do direito à moradia, do direito ao trabalho, da habilitação profissional e reabilitação profissional, da inclusão da pessoa com deficiência no trabalho, do direito à assistência social, do direito à previdência social, do direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer, do direito ao transporte e à mobilidade, da acessibilidade, do acesso à informação e à comunicação, da tecnologia assistiva, do direito à participação na vida pública e política, da ciência e tecnologia, do acesso à justiça, do reconhecimento igual perante a lei entre outras (BRASIL, 2015).

Desse modo, a lei abrange muitos temas, serve como base para inclusão, mas nada adianta se essa não for aplicada. Dessa maneira é necessário que familiares e amigos e a própria pessoa com deficiência estejam cientes dessa lei para que essa seja aplicada como descrita, para que assim se possa superar uma das dificuldades do Brasil, que é de sair da teoria e ir para a prática. Acredita-se que a lei é completa e justa, agora se deve aplicá-la, para que essa seja realmente efetiva.

A tabela 1 resume a evolução do marco legal para pessoas com deficiência.

Tabela 1: Evolução do marco legal para pessoas com deficiência

MARCO	ANO	FUNÇÃO
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	1988	Destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional.
Lei nº 7.853, de 24 de Outubro de 1989.	1989	Dispõe sobre o apoio as pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a coordenadoria nacional para integração da pessoa portadora de deficiência (CORDE), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do ministério público, define crimes, e dá outras providências.
Lei nº 8.213, de 24 de Julho de 1991	1991	Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, incluindo as vagas reservadas para pessoas com deficiência.
Decreto nº 3.076, de 1º de Junho de 1999.	1999	Cria, no âmbito do ministério da justiça, o conselho nacional dos direitos da pessoa portadora de deficiência CONADE, e dá outras providências.
Decreto nº 6.949, de 25 de Agosto de 2009.	2009	Promulga a convenção internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu protocolo facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.
Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011	2011	Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Com a finalidade de promover o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência.
Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012	2012	Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Vagas de que serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência.
Lei Nº 13.146, de 6 de Julho de 2015.	2015	Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência).

Fonte: elaborado pela autora.

4.5 Políticas públicas para pessoas com deficiência

Para entender as políticas públicas para pessoas com deficiência é importante compreender a palavra inclusão que se relaciona à “possibilidade de inclusão no discurso, na ação e na interlocução de todas as pessoas que possam ser afetadas por uma dada situação, tenham essas pessoas deficiência ou não” (SELLA e MULLER, 2011, p. 183). Neste sentido, parte-se do pressuposto de que a inclusão é um processo de humanização que leva o indivíduo a agir comunicativamente em todas as esferas concernentes ao mundo da vida, podendo opinar e fazer escolhas em cada uma delas.

Assim, pensando em todas as dificuldades para colocar em prática a inclusão, e procurando compreender as políticas públicas e toda sua amplitude, Souza (2006) apresenta um breve relato sobre essa temática, onde acredita que política pública é um campo multidisciplinar, sendo que seu foco deve recair sobre as explicações de sua natureza política e seus processos. Dessa forma, acredita-se que as políticas públicas buscam compreender de maneira mais compacta a sociologia, ciência política e por fim da economia, visto que elas geram diversos resultados tanto para sociedade quanto para economia.

As políticas públicas devem ser entendidas por diversas perspectivas e diversos atores devido à sua abrangência, de modo que se compreenda a relação entre Estado, política, economia e sociedade, por esses motivos diversas áreas contribuem com pesquisas que engrandecem a temática política pública com avanços teóricos e empíricos.

Para compreender a importância das políticas públicas e da inclusão das pessoas com deficiência, algumas pesquisas mostram resultados que comprovam o que vem sendo discutido e desenvolvido no Brasil. Dessa forma, Sales, Oliveira e Araújo (2013) abordam a temática inclusão da pessoa com deficiência em um Centro de Referência em DST/AIDS e chegou à conclusão que é importante criar métodos para acolher as pessoas com deficiência nesse centro, sendo necessárias adaptações, considerando que as políticas públicas têm um grande papel, para que seja garantida a saúde dessas pessoas, ou seja, responsabilização por uma saúde inclusiva. Dessa forma pensar e planejar as dificuldades enfrentadas acarreta um desenvolvimento no que tange a garantia dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, que estão vigentes em nossa Constituição e devem ser cumpridas pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Outro resultado encontrado é distância entre a teoria (leis, normas, direitos) e a prática, ou seja, na lei os direitos das pessoas com deficiência são exemplares; já na prática não é assim. Dessa forma, Toldrá e Sá (2008), ao realizarem uma pesquisa da

profissionalização de pessoas com deficiência, chegaram à conclusão que o Brasil detém de normas e leis muito bem formuladas/escritas no que se refere à inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, mas que na prática não é como se espera, ou seja, não há aplicação efetiva, e somente com a prática que será assegurada o direito dessas pessoas ao trabalho.

Uma das formas de mudar esse cenário é criando políticas públicas para pessoas com deficiência, que garantam a eficácia dos direitos, para que vivam uma vida digna sem restrições a direitos fundamentais, ou seja, para que elas tenham acesso ao que toda população detém, sem diferenciação e principalmente sem discriminação.

O trabalho apresentado por Silva et al (2012) intitulada por “Políticas públicas para inclusão social na deficiência – revisão sistemática” mostra que as políticas públicas e sociais, de seguridade social, que englobam a saúde, a previdência e a assistência social, e também as de educação, de habitação, de trabalho, entre outras, representam o princípio da equidade, que ajudam na reparação das injustiças causadas pelo sistema capitalista desigual.

Eles acrescentam que as políticas públicas de criação de novos postos de trabalho para pessoas deficientes, a implementação e efetivação da legislação que reserva vagas de trabalho para pessoas com deficiência na área pública ou privada são os principais mecanismos utilizados atualmente no Brasil (SILVA et al, 2012).

Garcia (2004), em sua tese “Políticas públicas de inclusão: uma análise no campo da educação especial brasileira” argumenta que a população brasileira precisa de políticas públicas de inclusão principalmente no que se refere à educação especial, uma vez que são propostas para administrar, justificar e legitimar as desigualdades sociais e educacionais existente no Brasil, e acrescenta argumentos afirmando que “os discursos políticos sobre inclusão afirmam a necessidade de um planejamento da vida pública, numa redefinição dos papéis sociais na articulação Estado/sociedade civil” (GARCIA, 2004, p. 125).

Brasil (2017) falando sobre a política pública de Benefício de Prestação Continuada- BPC da Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS (BPC) que busca a garantia de um salário mínimo mensal ao idoso acima de 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade com impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo (aquele que produza efeitos pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos), que o impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas. Tem com intuito diminuir a desigualdade existe no Brasil, buscando sempre os direitos das pessoas com deficiência.

Esses relatos e resultados de pesquisas apresentados acima mostram a importância da inclusão das pessoas com deficiência por meio de políticas públicas, e geram grandes benefícios a esse público, os quais precisam de tratamentos diferenciados devido a algumas limitações, mas tudo deve ser realizado para que seus direitos sejam garantidos.

5 METODOLOGIA

A metodologia foi estruturada com intuito de alcançar o objetivo proposto no projeto, que é analisar a participação dos atores envolvidos nas políticas públicas para pessoas com deficiência no município de Lavras, Minas Gerais. Dessa forma, delimita-se nesta seção as fases e os procedimentos metodológicos utilizados.

Lavras é um município brasileiro da região do Campo das Vertentes, localizada no sul do estado de Minas Gerais. De acordo com o censo 2010 possuía 92.200 habitantes, sendo que a população estimada para 2016 era de 101.208 habitantes. Está ligada a grandes capitais: Belo Horizonte a 230 quilômetros, São Paulo a 370 quilômetros e Rio de Janeiro a 420 quilômetros. Além de ser conhecida devido aos seus centros de excelência universitária (IBGE, 2017).

5.1 Delimitação da pesquisa e amostra

Quanto ao horizonte espacial da pesquisa, por critérios de conveniência para a pesquisadora, foi definido que a análise se daria em Lavras, Minas Gerais. Após esta delimitação, realizou-se um levantamento na referida cidade de Lavras objetivando identificar quais são os principais atores sociais envolvidos com formulação de políticas públicas para a pessoa com deficiência e demais agentes envolvidos na causa.

Posteriormente, foram formuladas as entrevistas, por meio de um roteiro semiestruturado, para não limitar a pesquisa. Essas se encontram no apêndice desse trabalho, contendo um roteiro para cada ator entrevistado.

Em seguida, foram contatados os atores, que foram selecionados pela capacidade e conhecimento sobre o objeto entrevistado e sobre a temática, sendo esses chefes, coordenadores, presidentes entre outros, ou seja, pessoas que ocupam posições-chave. Aplicou-se, então, as entrevistas, as quais foram gravadas e minuciosamente transcritas.

5.2 Procedimentos metodológicos

O presente trabalho tem um caráter analítico, descritivo e interpretativo, dado que procura analisar a participação dos atores envolvidos nas políticas públicas para pessoas com deficiência no município de Lavras-MG. Além de descrever, interpretar e analisar, as

entrevistas foram fundamentadas a partir de pesquisas documentais e bibliográficas realizadas previamente.

De acordo com Júnior (2011, p. 237), “a entrevista é uma das técnicas mais utilizadas, atualmente, em trabalhos científicos. Ela permite ao pesquisador extrair uma quantidade muito grande de dados e informações que possibilitam um trabalho bastante rico”.

De acordo com Fonseca (2002, p. 32) “qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto” e, segundo ele, é feita “a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites”.

Quanto à pesquisa documental, Fonseca (2002, p. 32) afirma que esta “recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas”. Serão utilizados documentos oficiais, estatutos e informações disponibilizadas nos sites dos atores pesquisados.

O trabalho teve como método de interpretação dos dados a análise de conteúdo das entrevistas realizadas, com intuito de mostrar perspectivas de diferentes pessoas acerca do mesmo assunto, de forma a fortalecer os resultados encontrados por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.

A análise de conteúdo “é uma importante ferramenta na condução da análise dos dados qualitativos, mas deve ser valorizada enquanto meio e não confundido como finalidade em um trabalho científico” (CAMPOS, 2004, p. 614). Essa análise “pode ajudar aqueles pesquisadores que pretendem desenvolver estudos no campo da administração segundo uma abordagem analítica, crítica e reflexiva” (MOZZATO e GRZYBOVSKI, 2011, p. 745).

As entrevistas foram previamente elaboradas e estruturadas a partir de quatro focos: como se dá a participação dos atores envolvidos nas políticas públicas para pessoas com deficiências e das pessoas com deficiência propriamente ditas? Quais são as políticas públicas para pessoas com deficiência existentes na cidade? Quais estão sendo os resultados dessas para os beneficiários e para a cidade? E, por fim, quais são as falhas e as sugestões para melhoria da inclusão das pessoas com deficiência em Lavras?

Os dados coletados nesta pesquisa são qualitativos e trazem consigo maior complexidade para análise. Por isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, para que essa análise seja facilitada e tenha um padrão e que não fuja do foco na pesquisa, mas também não se limite unicamente ao questionário.

Partiu-se da perspectiva de que a pesquisa qualitativa tem a capacidade de “esmiuçar a forma como as pessoas constroem o mundo à sua volta, o que estão fazendo ou o que está lhes acontecendo em termos que tenham sentido e que ofereçam uma visão rica” (FLICK, 2009, p. 8).

Foram contatadas as instituições que estão relacionadas com essa temática de pessoas com deficiência no município de Lavras-MG, como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais em Lavras (APAE), o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (COMDEF – Lavras), a Secretaria de Desenvolvimento Social de Lavras, a Assistência Social de Lavras, a Coordenadoria de Acessibilidade da UFLA, e pessoas com deficiência da cidade, para que estas também possam expor suas opiniões acerca da temática.

A seleção dos entrevistados foi feita por meio de diálogo com os atores, uma vez que ao contatar, foram questionados em relação a qual pessoa teria maior conhecimento sobre a temática.

5.3 Tipo de dados

Os tipos de dados utilizados na pesquisa são primários e secundários, sendo que os primários se referem aos dados obtidos nas entrevistas realizadas, já secundários são os dados de pesquisas disponíveis.

As bibliografias utilizadas no trabalho são diversas, como livros, artigos, teses, dissertações entre outros. Já os documentos que foram utilizados, são documentos disponibilizados pelos entrevistados ou nos sites dos atores pesquisados.

De acordo com Fontelles et al (2009) dados primários “são as fontes cuja origem remonta à época que se está pesquisando, ainda não analisadas e que, frequentemente, foram produzidas pelas próprias pessoas estudadas”. Já os dados secundários são: “fontes cujos trabalhos escritos se baseiam na fonte primária, e tem como característica o fato de não produzir informações originais, mas, apenas, uma análise, ampliação e comparação das informações contidas na fonte original”.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esse tópico apresentará os resultados das entrevistas realizadas no município de Lavras, com intuito de alcançar o objetivo proposto pelo trabalho de conclusão de curso, de forma a compreender as várias perspectivas sobre a mesma temática.

6.1 Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais em Lavras (APAE)

De acordo com site da APAE de Lavras, a associação foi fundada em 17 de junho de 1973 e registrada em 14 de julho de 1973, sendo a entidade mantenedora da Escola-Clínica Marieta Castejon Branco, caracterizada como Centro Integrado de Atenção à Pessoa com Deficiência (CIAPD) e tem como objetivo a assistência educacional, social e de saúde à pessoa com deficiência intelectual, associada ou não a outras deficiências.

A entrevista foi realizada com o diretor de relações operacionais da APAE, pois detém de grande conhecimento sobre a associação e se prontificou a responder os questionamentos acerca das políticas públicas para pessoas com deficiência.

Ele começa mostrando que *“as políticas públicas de Educação (Ministério da Educação/MEC e Secretaria de Estado da Educação), Saúde (Sistema Único de Saúde/SUS) e Assistência Social (Sistema Único de Assistência Social/SUAS), são alicerces fundamentais para o bom desenvolvimento da instituição e estão presentes no nosso dia-a-dia”*. Fazendo com que seja repensada a concepção que as políticas públicas têm como público alvo grupos restringidos, visto que beneficiam crianças, adolescentes, adultos, idosos, pessoas com deficiência entre outros.

Fala também da importância das parcerias junto ao Município, através do Programa de Ações Terapêuticas na Educação (PROATED), onde são atendidos alunos das escolas públicas municipais e também junto ao Estado através do Programa de Intervenção Precoce Avançada (PIPA), onde são atendidos bebês e crianças de até 06 anos de idade. Essas parceiras fortalecem as ações realizadas, além de ajudar de forma significativa na obtenção de melhores resultados, pois os apoios de outros órgãos e instituições fazem com que tenham uma equipe mais ágil, além de ser mais efetiva.

Acrescenta que todas essas políticas e as parcerias auxiliam no cumprimento da missão da APAE, que de acordo com seu Estatuto, Artigo 2º, inciso I: *“tem por missão promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, orientações, prestação de*

serviços, apoio a família, direcionadas a melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e a construção de uma sociedade justa e solidária”.

Depois apresenta um pouco dos benefícios gerados pelas políticas públicas dentro da instituição, que na concepção do entrevistado, *“além de garantir direitos constitucionais, promovem o crescimento, desenvolvimento e possibilitam a prestação de serviços aos públicos que estão sendo beneficiados pelas políticas públicas”*.

Essa fala do entrevistado fortalece o pensamento dos autores Mazzotta e D’Antino (2011), dado que argumentam a importância e os benefícios das políticas públicas, principalmente quando são inclusivas, pois ajudam na construção de uma melhor relação interpessoal, social e também política, ou seja, promovem crescimento e desenvolvimentos dessas pessoas.

Dando seguimento à entrevista, o diretor relatou que a APAE mantém uma escola especial onde atualmente são atendidos 193 alunos e aprendizes, e uma clínica (conveniada com o SUS) onde atualmente são atendidos 437 usuários em serviços Social, de Psicologia, Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Odontológicos e Médicos (Pediatria e Neurologia). Esses dados fazem com que se tenha noção numérica da abrangência e do benefício gerado pela associação à cidade e à sociedade.

Menciona também que a APAE segue políticas públicas oficiais, mas que não tem uma política única ou exclusiva de sua organização.

Salienta pontos que julga de muito valor dentro da APAE, expondo: *“possuímos mecanismos próprios de inclusão escolar, social e no mercado de trabalho, envolvendo a participação dos funcionários, alunos, aprendizes e familiares, escolas de ensino regular e empresas parceiras”*. O que demonstra que associação busca a participação e apoio de diversos atores e pessoas envolvidas com a causa, buscando sempre fortalecer seus laços, visto que esse amparo faz com que as ações sejam desenvolvidas de forma mais poderosa, ou seja, mais vigorosas.

O diretor argumenta que acredita na participação das pessoas com deficiência na formulação, execução e avaliação das políticas públicas na cidade de Lavras. E afirma que na APAE existem por meio de auto defensores, posto que as opiniões e sugestões de melhorias das pessoas com deficiência são escutadas e ponderadas.

Dessa forma, percebe-se que essa associação procura escutar as opiniões dos beneficiários. E acredita que *“é necessário saber a opinião dos usuários dos serviços prestados, sendo que esse retorno é importante, para que nós possamos realizar mudanças em busca de melhorias em prol das pessoas com deficiência e da nossa associação”*. Sendo

um diferencial de prestação de serviço, mostrando assim que APAE busca uma constante melhora da inclusão das pessoas com deficiência, fortalecendo assim a efetividade da associação.

Em seguida explica que a auto defensoria é um movimento desenvolvido pelas APAES onde os alunos têm espaço para sugestões e ideias visando seus direitos, o auto defensor tem a função de defender os interesses dos demais colegas, sugerindo ações de aperfeiçoamento. O auto defensor é o porta voz de seus companheiros diante à diretoria da instituição e à sociedade. Essa é mais uma conquista para as pessoas com deficiência, na procura do crescimento e da autonomia, além da busca pela garantia de seus direitos, fazendo com que esses sejam mais independentes, e sempre lutem pelos seus direitos.

O entrevistado afirma que *“buscamos sempre escutar ao máximo a opinião das pessoas com deficiência dentro da APAE, para que se possam realizar melhorias, pois consideramos que a participação dessas pessoas é muito importante”*. Além de salientar a importância dessa participação em todas as fases das políticas públicas, dado que assim é possível formular ações apropriadas, executá-las e avaliá-las, de acordo com a opinião de seus beneficiários. Sendo esse, um ponto que deveria ser seguido por todos os atores envolvidos com as pessoas com deficiência, devido aos grandes benefícios gerados por essa participação, tanto para os atores, quanto para as pessoas com deficiência.

Salienta também que *“a APAE sempre procura criar ambientes propícios para a participação das pessoas com deficiência”*, no que se refere à tomada de decisão ou outros pontos, esses interferem diretamente no seu bem-estar, sempre procurando melhorar a inclusão dentro da cidade/país e também dentro da associação. Dado que ambientes inclusivos deveriam existir em todos os lugares, a começar nas casas, escolas, universidades, empresas, enfim em toda a sociedade, já que é um direito da pessoa com deficiência.

Nota-se que a APAE busca concretizar o objetivo do decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, que é promover, proteger e assegurar o exercício pleno e justo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais para as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade (BRASIL, 2009). Já que suas atividades como visto, perpassam pela liberdade, equidade, dignidade, participação, respeito, promoção e muitos outros pontos, que são fundamentadas nesse decreto, e na vida das pessoas com deficiência.

Percebe-se então, que na APAE existe uma participação diferenciada ao se comparar com outros atores envolvidos com a temática, visto que essa criou um mecanismo próprio de participação e ouvidoria para escutar as pessoas com deficiência e também pessoas que tem grande relação com a causa, como familiares, entidades, funcionários entre outros, além de

criar mecanismos próprios de inclusão dentro da associação, sendo que esses dois pontos trouxe grandes resultados nos últimos anos, no que refere a inclusão da pessoa com deficiência.

Já quando as demandas não podem ser resolvidas dentro da associação são repassadas para secretária de desenvolvimento social de Lavras, para que esses busquem outra saída para o problema encontrado.

6.2 Conselho Municipal de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (COMDEF)

Para realizar as entrevistas com alguns membros do COMDEF, foram selecionadas duas pessoas do Conselho, que são a Presidente e a Vice-presidente.

Os motivos das escolhas são primeiramente, por serem cargos de grande peso dentro do conselho, além do mais, a presidente do conselho é uma pessoa com deficiência visual, trazendo assim uma visão de conselheira e beneficiária para pesquisa. Já a vice-presidente é membro desde a fundação do conselho, por isso detém de muito conhecimento sobre o assunto, além de ser coordenadora da Coordenadoria de Educação Especial.

De acordo com artigo 3º do Regimento Interno do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COMDEF/Lavras – MG, disponibilizado pelas entrevistadas, citadas anteriormente, “o COMDEF tem como objetivo básico articular, acompanhar, controlar e avaliar as políticas públicas no âmbito municipal de integração e defesa dos direitos das Pessoas com Deficiência”.

6.2.1 Presidente do COMDEF e Deficiente Visual

A presidente do Conselho começou contando que faz parte desse conselho há menos de 3 anos, e que o conselho conta com ajuda e a participação de muitos atores, a começar com representantes de entidades e órgãos envolvidos com as pessoas com deficiência, além também do governo, por meio de secretárias, sendo necessária essa relação mais próxima.

Ela argumenta que *“sempre precisamos contatar ou até mesmo buscar informações e ajudas nas secretarias, por esse motivo temos membros da secretaria de saúde, educação, assistência social, do trânsito, que são fundamentais para o Conselho, além também da participação das associações como as dos artistas, dos cegos e surdos, da eco terapia, além dos pais e familiares das pessoas com deficiência”*.

O conselho sempre busca parcerias entre os atores, essas são importantes, posto que trabalhando de forma conjunta em prol de um único objetivo, sendo esse a inclusão das pessoas com deficiência, tornam-se as ações mais fortes e efetivas, facilitando o alcance do objetivo almejado. Além de ser uma forma de obter e levar em consideração ideias e perspectivas diferentes.

Ela argumenta que o conselho busca discutir e resolver as dificuldades encontradas pelas pessoas com deficiência, dando preferências às necessidades mais imediatas, e expõe seu pensamento: *“As leis já existem, a gente precisa ver como elas vão ser cumpridas”*. Essa fala fortalece o pensamento de Toldrá e Sá (2008) já citado anteriormente, que argumenta que o Brasil detém de norma e leis muito bem formuladas/escritas no que se refere à inclusão das pessoas com deficiência, mas que na prática não é como se espera, dessa forma como já exposto pela entrevistada, o conselho busca uma forma de sair da teoria e ir para prática, ou seja, fazer com que a teoria criada seja aplicada e vivenciada pelas pessoas com deficiência.

A presidente mostra que as políticas públicas para pessoas com deficiência em Lavras, têm mais força e estão mais organizadas no que se refere à educação, e argumenta que *“ainda temos dificuldades com as políticas relacionadas à saúde, e mesmo tendo muitas pessoas envolvidas com o trânsito ainda temos dificuldades com essas também, mas estamos tentando fazer com que isso aconteça”*. Fazer acontecer é uma dificuldade encontrada por diversos atores, dessa forma buscar essa efetivação de mudanças é um dos pontos que devem ser vivenciados hoje em dia, principalmente nas políticas públicas.

Esse argumento está relacionado com o pensamento de Rua e Romanini (2014), em razão de acreditarem na existência do “elo perdido” na fase de implementação das políticas públicas, além de reforçar a complexidade e a importância dessa fase, pois como citado anteriormente fazer acontecer, ou seja, concretizar as políticas públicas é uma dificuldade encontrada em Lavras pelo COMDEF e outros atores entrevistados.

Ao perguntar sobre os benefícios das políticas públicas e do conselho para as pessoas com deficiência, a entrevistada inicia argumentando que *“a gente percebe que os benefícios para essas pessoas são muito grandes”*, e argumenta essa fala com exemplos: *“Recebemos muitas pessoas que estão fazendo uso de medicamentos antidepressivos, por questão de não ajustamento na sociedade e até mesmo por ter muito tempo ocioso, mas essas ao serem recebidas no centro de educação especial e beneficiadas pelas políticas públicas, realizando as terapias, atividades físicas, socializações, acabam por não precisar mais de seus medicamentos, tendo assim uma vida mais alegre, saudável e uma melhor qualidade de vida”*, e acrescenta: *“Isso é meio caminho andado de bom na vida deles”*.

Mostrando assim que pequenas mudanças e atividades realizadas para pessoas com deficiência, fazem grandes diferenças em sua vida, muitas das vezes os benefícios sociais, físicos, psicológicos entre outros, são levados para toda vida. Fazendo com que sejam repensados estereótipos criados pela sociedade, sobre as pessoas com deficiência, já que muita das vezes elas precisam apenas de pequenos gestos e ações.

A entrevistada, ao argumentar sobre a importância da participação das pessoas com deficiência nas fases das políticas públicas, no conselho, enfim, nas ações/atividades para sua inclusão, conta seu ponto de vista e sua experiência como deficiente visual, uma vez que acredita que é sempre necessário consultar os usuários das políticas públicas antes de aplicá-las, para que sejam efetivas e também não sejam desperdiçados recursos em coisas desnecessárias.

Um fato que a entrevistada já vivenciou foi que a prefeitura retirou um degrau em uma rua que ela passava diariamente, com intuito de deixar mais acessível. Sobre esse caso ela argumenta: *“eu precisava daquele degrau ele era meu ponto de referência, porque quando eu chegava naquele degrau eu atravessava para ir ao meu trabalho”*, então essa mudança acarretou em um transtorno temporário e uma necessidade de readaptar a rota de seu trabalho.

E acrescenta que as mudanças constantes das estruturas da cidade, dificultam muito sua locomoção, e que as mudanças devem ser pensados e estudados, mas levando em consideração a opinião os usuários das vias. E finaliza com essa fala: *“Às vezes pensando em ajudar elas acabam trazendo mais dificuldades”*.

Isso mostra a dificuldade em trabalhar com pessoas com deficiência, já que a retirada de um degrau ajudaria a locomoção de usuários de cadeiras de rodas, mas como relatado atrapalhou a locomoção de uma deficiente visual, só reafirmando assim a complexidade do assunto, mas como falado anteriormente com parcerias essas ações são facilitadas, e se bem planejadas, executadas e controladas trarão grande benefícios.

Ao perguntar sugestões/planos para melhoria das políticas públicas, a presidente apresentou as principais demandas do conselho perante a prefeitura de Lavras que são: *“A questão da gravidade do transporte, da fiscalização e da adequação da parte de acessibilidade das vias, e em relação à saúde a marcação de consulta”*, as sugestões/demandas do conselho estão diretamente ligadas à dificuldade de locomoção das pessoas com deficiência, mas também no acesso a saúde das mesmas, dado que essas necessidades são vista como prioritárias em Lavras, devido a demandas repassadas por diversos atores.

A entrevistada explica um pouco das dificuldades das pessoas com deficiência na saúde, visto que muitas das vezes são dependentes. Então, as pessoas que as auxiliam, precisam ajudá-las nas burocracias como, por exemplo: postos de saúde, que são necessários fazer fichas e levar documentações. Além do mais, o responsável precisa buscar os exames, depois levar o exame para o médico analisar, sendo muito desgastante para pessoa com deficiência e seus familiares/amigos que as auxiliam, já que esses, na maioria das vezes, necessitam cuidar da pessoa com deficiência. Dessa forma, muitas vezes levam elas para realizar todo esse trâmite por não ter onde ou com quem deixar sendo necessário, assim, uma adaptação e auxílio nesse contexto da saúde.

Esse argumento apresentado anteriormente faz confirmar o pensamento dos autores Sales, Oliveira e Araújo (2013) que mostram a importância de criar métodos para acolher as pessoas com deficiência na saúde, sendo necessárias adaptações, considerando que as políticas públicas têm um grande papel, para que seja garantida a saúde as pessoas com deficiência, ou seja, responsabilização por uma saúde inclusiva. Dessa forma, buscar melhorar as dificuldades enfrentadas, acarreta um desenvolvimento no que tange à garantia dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, que são alguns dos objetivos do COMDEF.

Percebe-se assim que o COMDEF sempre está em busca de parcerias que são pontos importantes para alcançar os objetivos do mesmo, além também de buscar uma relação “saudável” com os atores para facilitar, assim, resoluções de problemas e garantir apoios. Além de perceber as defasagens da cidade de Lavras e buscar soluções apropriadas, como por exemplo, o problema da inclusão das pessoas com deficiências nos atendimentos médicos, visto que o primeiro passo é aceitar as dificuldades e posteriormente buscar soluções.

6.2.2 Vice-presidente do COMDEF e Coordenadora da Coordenadoria de Educação Especial de Lavras

A vice-presidente do COMDEF faz parte desse conselho desde a criação do mesmo, ela conta que o conselho tem aproximadamente 10 anos, e acrescenta que antes disso as instituições não governamentais existiam e faziam os serviços à comunidade, mas ainda não eram regularizadas, ou seja, não tinham realizado os cadastros no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). Complementa: *“Funcionavam e faziam seus trabalhos, mas não tinham a documentação toda exigida, por isso foi necessário dar uma pausa no conselho para regularizar e fazer o estatuto entre outras burocracias”*.

Isto mostra que o excesso de burocracias acaba por atrapalhar e atrasar ações benéficas para sociedade, pois foi necessário parar suas atividades para regular as popularmente conhecidas como “papeladas”. Mas também nota-se que mesmo sem a regularização a prefeitura de Lavras buscava solucionar os problemas inerentes da inclusão das pessoas com deficiência.

Ao perguntar se o COMDEF tinha registro da quantidade de pessoas com deficiência em Lavras, a coordenadora alegou que a cidade possui aproximadamente 600 alunos com deficiência no ensino municipal, levando em consideração os alunos da APAE, mas a relação da cidade como um todo ainda está sendo levantada.

A entrevistada fala que uma das grandes dificuldades encontradas dentro do conselho é o não compromisso dos membros e também das secretarias que devem mandar representantes, mas não buscam pessoas envolvidas com a causa e normalmente enviam as pessoas que estão mais ociosas no dia. *“Já que muitas vezes esses perguntam quem está mais folgado, quem tem tempo, e mandam, mas não fazem uma busca de quem está interessado, quem gosta da causa, quem quer trabalhar”*.

Essa falta de compromisso das secretarias acarreta em uma descontinuidade de assuntos/ações do Conselho, visto que muitas vezes enviam pessoas por obrigação e essas não acrescentam ou auxiliam nas atividades e na reunião. Para evitar situações similares, as secretárias devem pensar na qualidade do serviço prestado e não na quantidade, dado que é melhor uma pessoa comprometida e envolvida com a causa do que duas que participam somente por obrigação.

A vice-presidente acrescenta que no eixo da acessibilidade o COMDEF tem parcerias sendo uma delas com ministério público, e esse sempre busca ouvir opiniões/demandas das pessoas com deficiência e de associações por meio de reuniões, sendo pessoais ou coletivas. O que faz com que seja notado que a participação das pessoas com deficiência é buscada por órgãos de grande influência política, fazendo com que entidades, instituições, órgãos entre outros pensem nisso como um ponto positivo e sigam como exemplo, já que características efetivas devem ser seguidas.

Ela argumenta sobre a necessidade de articulação de todas as secretarias, dado que as pessoas com deficiência precisam de muitas coisas além da educação que é ponto forte da cidade, dessa forma o COMDEF sempre busca esse suporte na saúde, trânsito entre outros. Manter uma relação de ajuda, fortalecimento, respeito, apoio entre as secretarias são pontos necessários e importantes, que trazem diversos benefícios a começar com agilidade, objetividade e assim por diante.

Ela acrescenta: “*que uma das funções do COMDEF é implementar e fiscalizar as leis e as ações para pessoas com deficiência, sendo que o conselho tem contato com todas as representatividades, para ter agilidade na resolução dos problemas*”. Mostrando assim que essa relação entre os atores envolvidos com a causa é importante, visto que trabalhar de forma conjunta faz com que as ações sejam mais efetivas, o que beneficia a sociedade civil em geral e principalmente os beneficiários que são as pessoas com deficiência.

Ao questionar se as pessoas com deficiência são escutadas pelo Conselho e pelos formuladores de políticas públicas em Lavras, a vice-presidente inicia sua fala com: “*O velho ditado, nada por nós sem nós*”, e complementa alegando que o Conselho tenta cumprir ao máximo esse pensamento e essa participação, dado que conta com presença de representantes de algumas associações, como deficiente visual, deficiente auditivo, tendo como maior dificuldade a participação dos deficientes intelectual devido suas limitações, mas algumas vezes são representados por pais, familiares entre outros.

A busca por “fazer valer” a participação é um ponto crucial para todos os atores envolvidos com essa causa, posto que escutar os beneficiários das políticas, atividades, projetos, leis entre outros, é um fator importante, pois eles detêm muitos conhecimentos que facilitaram a realização das atividades e também o alcance do objetivo almejado.

A entrevistada mostra a necessidade de divulgação da existência e presença do conselho na cidade de Lavras, para as secretarias da prefeitura, considerando que quando realizarem ações/projetos em prol das pessoas com deficiência, essas consultem as dicas/opiniões do conselho e das pessoas com deficiência.

Ela conta um fato ocorrido como argumento dessa necessidade: “*Alguns anos atrás, saíram fazendo rampas em todos os meios fios na cidade de Lavras, mas acabaram fazendo uma rampa em frente a um poste, ou seja, fizeram as rampas que são ações realmente necessárias, mas se quer sabiam quais eram os critérios necessários*”. Isso mostra a utilidade de consultar o usuário sempre, e também a importância de um planejamento, uma vez que dentro do planejamento é fundamental analisar a perspectiva do beneficiário/usuário, sendo esse o “ponto chave” para satisfação dos clientes, que nesse caso são as pessoas com deficiência.

Em seguida, ao ser questionada se realmente as pessoas com deficiência tem interesse de participar, ou seja, se querem falar suas opiniões, a entrevistada conta que algumas pessoas são descrentes em assuntos, como políticas públicas, conselhos e etc., então muitas vezes argumentam que falar suas necessidades ou problemas é “gastar saliva”, ou que já falou sua opinião e nada foi feito sobre isso. Já outras pessoas falam sua opinião e suas

dificuldades e lutam para resolver os problemas, não só por ele, mas também por outras pessoas que um dia ainda passaram por essas dificuldades. E ela conclui seu pensamento falando: *“Tudo isso é questão de envolvimento”*. O envolvimento deve ser incentivado pelos atores, de forma a mostrar para a sociedade a importância da participação e das políticas públicas, para que sejam mais confiantes na efetividade dessas, deixando a descrença de lado.

Outro ponto apresentado pela entrevistada e também presente em outras entrevistas realizadas é a necessidade de capacitação das pessoas envolvidas com a causa, principalmente para os atores e funcionários que têm ligações diretas com o tema, como os conselheiros, educadores e etc. A capacitação é um problema que deve ser melhorado dentro do serviço público em geral, dessa forma não seria diferente para os atores envolvidos com pessoas com deficiência, visto que precisam muitas vezes de tratamento diferenciado devido às suas dificuldades motoras, visuais, psicológicas entre outras.

Ela segue falando sobre a participação do conselho nas reuniões de elaboração do Plano Plurianual (PPA) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para que sempre constem as necessidades do COMDEF. Visto que *“nas reuniões do PPA da LDO sempre tem alguma pessoa que é representante, como conselheiro que está em alguma secretaria, e que está na elaboração desse plano e dessas diretrizes”*. A participação é muito importante dentro da prefeitura e para cidade de Lavras, devido à grande importância dessas leis constituídas pela constituição federal.

Percebe-se assim a necessidade de melhoria em alguns pontos dentro do Conselho, a começar com maior comprometimento de outras secretarias, participação mais efetiva e constante de pessoas com deficiência e membros em geral, capacitação/treinamento para educadores e conselheiros. Mas a busca por melhorias, pela garantia dos direitos das pessoas com deficiência, da inclusão é percebida dentro do conselho, além de ter como foco um ponto importante que é dialogar com as pessoas com deficiência, ou seja, incentivar que essas falem o que necessitam o que pensam, para que, assim, sejam resolvidas as demandas.

6.3 Pessoas com Deficiência

A entrevista foi realizada com um usuário de cadeira de rodas, que é estudante da Universidade Federal de Lavras (UFLA). Esse foi selecionado por estar cursando uma pós-graduação, o que traz consigo uma trajetória de vida dentro da universidade e na cidade foco da pesquisa, sendo uma pessoa apropriada para expor seus pensamentos sobre a temática,

além de ser um participante assíduo em outros projetos e eventos ligados a essa temática dentro da universidade.

Ele começou mostrando que na cidade de Lavras, é beneficiado pelo direito as vagas preferenciais para estacionamento para pessoas com deficiência, sendo que com cadastro municipal (documento) e identificação do veículo ele tem acesso, *“no entanto, falta uma fiscalização e regulamentação melhor, porque muitos não cumprem esta regra”*.

Esses pontos apresentados como falhos nessa política pública também está presente em outras entrevistas a começar com o COMDEF, então dessa forma deve ser um ponto pensado e levado em consideração fortemente, dado que o que adianta implementar uma política se essa não é regulada e principalmente fiscalizada, fazendo com que sejam desperdiçados recursos que poderiam ser utilizados de outras maneiras.

Em seguida, apresenta os benefícios gerados por essa política pública, posto que entende que são fundamentais, para que ele possa deslocar com mais facilidade pela cidade e ter acesso aos serviços oferecidos pela cidade. O que mostra que uma política considerada simples traz para os usuários grandes benefícios, a começar com liberdade de locomoção, autonomia, entre outros pontos que devem ser sempre buscados pelas políticas públicas inclusivas.

Dando continuidade a entrevista ele alega que não conhece outras políticas públicas no município, e acrescenta que *“seria necessário uma melhor divulgação e elaboração das políticas públicas sobre o tema por parte do município”*. A visão de um beneficiário é importante e faz com que seja repensada a maneira de divulgar as políticas públicas dentro da cidade, e a necessidade de criar um meio de comunicação mais efetivo entre as pessoas com deficiência e a prefeitura de Lavras.

Ele enfatiza que *“sempre procuro me informar sobre as políticas de cotas e outras que certamente auxiliam nós, pessoas com deficiência, na cidade de Lavras e a nível nacional”*. Percebendo assim que o entrevistado é uma pessoa que procura se informar sobre seus direitos, sendo essa busca muito importante para ele e para a sociedade, porém não são todas as pessoas com deficiência quem tem essa consciência da importância de buscar seus direitos, dado que muitos são descrentes das ações públicas inclusivas como já falado pela vice-presidente do COMDEF. Uma das soluções seria conscientizar e incentivar a participação das pessoas com deficiência nas políticas públicas e em outras atividades relacionadas com a causa.

Ele mostra seu ponto de vista sobre, se as políticas públicas de inclusão em Lavras ajudam na defesa e na garantia dos direitos das pessoas com deficiência, afirmando: *“acredito*

que tudo depende se as políticas são corretamente implementadas e fiscalizadas. No caso das políticas para as pessoas com deficiência, acredito que tudo ainda está muito a cargo do poder público, mas penso que a garantia dos direitos ainda não está disseminada na sociedade em geral para qualquer política pública. O ideal seria que houvesse uma articulação entre Estado, mercado e a Sociedade civil, para que esses pontos sejam levados com maior ponderação”.

Notando assim, a necessidade de uma melhora no que refere à implementação e fiscalização das políticas públicas, para que seja disseminada a garantia das pessoas com deficiência na sociedade em geral, fortalecendo também o pensamento de muitos autores da importância de apoios e articulações entre atores diferentes.

Apresenta também uma crítica, pois acredita que *“na cidade falta disseminação prática de que as políticas específicas para as pessoas com deficiência possam ser benéficas para a sociedade. Não creio que isso seja vivenciado na cidade. Embora acredite que muitas pessoas sem deficiência tenham noção da importância. Essa é uma realidade que ainda se faz pouco presente no ambiente geral”*. O que faz reforçar argumentos apresentados por outros entrevistados como a presidente e vice-presidente do COMDEF, coordenadora de acessibilidade da UFLA, além dos autores Toldrá e Sá (2008) que defendem esse pensamento da necessidade fortalecer/enfatizar a prática das ações, leis, políticas entre outros, sendo esse ponto ainda débil no Brasil.

O entrevistado alega que desconhece a participação das pessoas com deficiência na formulação, execução e avaliação das políticas públicas em Lavras, *“mas entendo ser importante que essa cultura se dissemine”*, ou seja, que os formuladores, avaliadores, executores de políticas públicas de inclusão levem isso em consideração mostrando e expandindo essa nova cultura participativa no país e nas cidades.

Esse desconhecimento da participação das pessoas com deficiência dentro do processo decisório das políticas públicas faz com que sejam notadas as disparidades das opiniões/respostas dos entrevistados, uma vez que todos os demais entrevistados incluindo uma deficiente visual, falaram que essa participação existe.

Já sua opinião sobre a importância da participação das pessoas com deficiência nas políticas públicas é: *“Entendo que a garantia de participação não significa necessariamente melhores políticas. Entendo que se as políticas forem avaliadas de forma mais constante pelas pessoas com deficiência, teremos bons resultados”*.

Essa fala remete o pensamento de Saravia (2006) que acredita que realizar uma avaliação das políticas públicas é uma etapa muito importante. Desse modo, se essa avaliação

sugerida pelo entrevistado for realizada juntamente com os usuários das mesmas, proporcionará um ótimo feedback ao governo, além de melhores resultados e melhorias nas políticas públicas posteriores.

Ele complementa seu pensamento, argumentando que as pessoas com deficiência devem se conscientizar da importância dessa participação para que, assim, participem e posteriormente tragam benefícios a todos envolvidos.

Esse pensamento do entrevistado corrobora com Habermas (2003) e Tenório (2005), posto que eles acreditam que para que haja uma cidadania que envolva a participação das pessoas com deficiências existem grandes desafios a serem enfrentados, e também defasagens no que tange aos mecanismos de participação e promoção de ações efetivas e afirmativas. Tendo assim uma grande relação entre a opinião do autor e do entrevistado, sendo que ambos acreditam na complexidade da participação social, mas que essa deve ser motivada.

E por fim apresenta algumas sugestões para melhoria dessas políticas públicas *“resumindo as sugestões que já tinha comentado seriam então: número um maior fiscalização das políticas já implementadas, número dois divulgação social mais ampla de políticas já existentes e futuras, número três possibilidade de avaliação das políticas pelos beneficiários, e por fim número quatro aproximação das políticas das pessoas com e sem deficiência, neste último caso as pessoas que não tem deficiência devem também estar próximas a essas políticas para que se dissemine uma consciência social mais ampla”*.

Os pontos que o entrevistado acredita que sejam necessárias melhorias são sempre respaldados por diversos autores e por outros entrevistados, devendo assim ser levados em consideração mais fortemente, já que são sugestões citadas e vivenciadas por outras pessoas e atores, ou seja, deixa de ser uma opinião individual e passa a ser um pensamento coletivo.

Dessa forma percebe-se que o entrevistado acredita que a participação das pessoas com deficiência no processo decisório das políticas públicas inclusivas é importante para a melhoria das mesmas, além da importância da fiscalização e avaliação, sendo os principais pontos a serem repensados pelo governo e pôr fim a necessidade de efetivar suas teorias, ou seja, colocar em prática suas leis e planos.

6.4 Coordenadoria de acessibilidade da UFLA

Ao realizar a entrevista com a coordenadora da Coordenadoria de Acessibilidade da UFLA, foram obtidas diversas informações acerca da temática inclusão na universidade.

Ela começou explicando que a Coordenadoria de Acessibilidade da UFLA é uma subsecretaria da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), que foi criada em 2016. Mostrando que essa: *“tem como objetivo garantir a inclusão das pessoas com deficiência na comunidade acadêmica eliminando as diversas barreiras para não inclusão dessas pessoas”*.

De acordo com o Regulamento da Coordenadoria de Acessibilidade (2016-2020) disponibilizado pela entrevistada, as finalidades da Coordenadoria de Acessibilidade são:

- I- Oferecer à comunidade acadêmica espaço de debate e de interlocução para promover a compreensão sobre a perspectiva da Educação Inclusiva e os desafios da educação especial na UFLA;
- II- Democratizar o acesso e a igualdade de oportunidades as pessoas com deficiência e/ou com necessidades educacionais especiais à vida acadêmica na UFLA” (COORDENADORIA DE ACESSIBILIDADE, 2016)

A coordenadora complementou que as ações realizadas pela coordenadoria têm como intuito consolidar a política nacional da educação especial, por meio dessa consegue promover o acesso, permanência e a participação dos alunos com deficiência. Percebe-se assim que essa política tem um papel fundamental na garantia do direito de acesso à educação, além de buscar uma melhora na estância da pessoa com deficiência na universidade, fazendo que se sintam acolhidas e motivadas pela instituição.

A entrevistada mostra que como forma de melhorar a inclusão e acompanhar o aluno com deficiência *“a coordenadoria auxilia na produção do PID (Plano individual do discente) que são sugestões das adequações de práticas pedagógicas que o professor tem autonomia de seguir ou não”*. O professor tem liberdade de negociar com aluno esse plano fazendo assim trocas e mudanças que devem ser repassadas para coordenadoria para constante melhoria desse plano, porém tem grande dependência dos retornos dos professores, que nem sempre são presentes.

Esse acompanhamento da pessoa com deficiência dentro da universidade é um diferencial, e deve ser levado como exemplo a muitas instituições de ensino, já que essa é uma forma de incentivar a permanência na universidade, além de ser um método de acolher, dando motivos para continuarem.

De acordo com documento disponibilizado pela coordenadora de acessibilidade da UFLA, a universidade possui 73 pessoas com deficiência registradas nos cursos de graduação, representando menos de 1% dos alunos matriculados na graduação. Como citado anteriormente, de acordo com o censo de 2010 do IBGE (IBGE, 2017), cerca de 24% da população brasileira possui algum tipo de deficiência, o que mostra que a quantidade de

pessoas com deficiência dentro da UFLA é muito pequena, já que não está nem perto de ser a porcentagem apresentada pelo censo.

Seguindo a entrevista, ela argumenta que os benefícios da inclusão gerados à universidade por meio da coordenação são a permanência, adequação, melhor participação dos estudantes com deficiência em atividades extras curriculares. Ela complementa *“que cada um tem sua especificidade, mas a coordenação deseja que eles consigam participar assim como qualquer outro aluno em todas as vertentes institucionais como ensino, pesquisa, extensão e inovação”*. E acrescenta que o maior benefício gerado posteriormente a entrada em uma universidade é a autonomia, deixando-os mais seguros para vida.

O ponto relatado acima está muito ligado a palavra inclusão, que de acordo com Simonelli e Camarotto (2011, p. 13) é um “processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com deficiência e, simultaneamente, como são preparadas para assumir seus papéis na sociedade”. Fortalecendo, assim, o pensamento da entrevistada, já que ela mostra que a coordenação busca adaptar o meio e incluir as pessoas com deficiências em todas as atividades oferecidas pela UFLA como: extensão, pesquisa, cultura, tecnologia, projetos, esportes entre outros, para que estejam preparadas para realizar suas atividades perante a sociedade além de sentirem incluídas no meio acadêmico.

Percebe-se também a relação desse pensamento com a temática cidadania deliberativa, já que essa de acordo com Tenório (2005) traz consigo legitimidade nas decisões e autonomia, pois essas pessoas ao entrarem na universidade são preparadas para o mundo, para que não fiquem presas à sua deficiência e consigam deliberar suas escolhas, ou seja, ter mais autonomia, além da igualdade participativa, esses são dois pontos argumentados pela entrevistada e pelo autor.

Ela acrescenta que *“a participação das pessoas com deficiência na formulação, execução e avaliação das atividades da coordenação em prol das pessoas com deficiência dentro da UFLA não é muito grande, porque existe um grande desinteresse dessas pessoas, mas sempre convidamos e informamos dos eventos realizados pela coordenação, como reuniões, congressos e debates”*.

Mas vale reforçar que, como exposto pela entrevistada a participação não é muito grande, mas também não é nula. Dessa forma, se os poucos participantes forem comprometidos e buscarem sempre o melhor para as pessoas com deficiência, isso já trará grandes benefícios.

Ela acrescenta que a participação de atores envolvidos com a causa é maior e significativa, como APAE, Centro Nacional de Atendimento as Pessoas com Deficiência Auditiva e Visual (CENAV), Associação de Surdos – que é muito presente dentro da UFLA – , Associação Contato, Associação Conquista, COMDEF, entre outros. Esses estão sempre engajados com a temática, buscando constantemente a melhoria da inclusão na cidade e na universidade, além da garantia dos direitos das pessoas com deficiência.

E afirma que na maioria das vezes a participação das pessoas com deficiência está em grande número na comunidade surda. Acredita que é necessário sempre dialogar com as pessoas com deficiência e suas opiniões, porém muitas vezes essas não querem falar. Como conclusão ela reafirma esse argumento: *“O que nós verificamos quando existe esse convite para essas conversas, para essas formulações é que realmente a pessoa com deficiência não vem, quem realmente vem são as representações e também as instituições, a prefeitura, o COMDEF, CENAV, a APAE, mas não tem uma participação efetiva das pessoas com deficiência”*. Mostrando assim o desinteresse das pessoas com deficiência na UFLA, mas o apoio e a força que as representações têm dentro e fora da universidade.

Ao perguntar sobre o marco legal da inclusão dentro da UFLA, foi relatado que primeiramente foi a criação do Núcleo de Acessibilidade da UFLA (NAUFLA) *“que tem como função apoiar projetos de pesquisa e extensão na área de acessibilidade e inclusão”*, que por meio dele foi criado o Programa de Atendimento ao Discente com Necessidade Educacional Especiais (PADNEE), posteriormente a contratação dos intérpretes de libras para a universidade e, em seguida, a criação do Programa de Acessibilidade Linguística e Comunicacional (PALCO).

Esses são todos atores e programas que auxiliam a inclusão das pessoas com deficiência na UFLA, além de ser uma forma de delegar funções e atividades, para que a coordenadoria não fique com toda a responsabilidade.

Já ao questionar sobre as principais sugestões da coordenadoria para melhoria da inclusão na UFLA, ela argumenta *“acreditamos que a melhor forma é a formação continuada dos docentes e capacitação dos professores e servidores”*, para que saibam realizar ações adequadas para esse público alvo que é as pessoas com deficiência.

Como argumento dessa posição ela fala que *“o docente muitas vezes está despreparado, ele não tem conhecimento do que seria essa deficiência então isso também assusta o docente”*. Dessa forma, as sugestões citadas anteriormente ensinaram os docentes a lidarem com essas situações de maneira mais tranquila e adequada, o que trará benefícios tanto para os professores quanto para os alunos, já que na maioria dos casos, os docentes

buscam fazer o melhor para inclusão dos alunos, mas muitas das vezes não sabem qual é a maneira certa de agir por se sentirem inseguros, sendo que a capacitação fará com que saibam lidar com esses casos, trazendo segurança aos professores, acarretando assim uma satisfação conjunta.

Acrescenta que a UFLA realiza atividades com intuito de diminuir as barreiras para pessoas com deficiência a começar com a comunicação, sendo que a Universidade conseguiu realizar a contratação de interprete de libras, com a locomoção que tem um plano arquitetônico reestruturado para incluir as pessoas com deficiência motora, entre outras atividades inclusivas. Mostrando, assim, que a coordenadoria está buscando melhorias para diferentes tipos de deficiência, não só a motora que é o foco de muitas universidades.

Em resumo, a coordenadoria de acessibilidade sempre busca a participação de atores e pessoas com deficiência em suas atividades, porém essa participação é mais presenciada pelos atores. E se empenha para incluir as pessoas nas vertentes institucionais como ensino, pesquisa, extensão e inovação, tentando destruir as barreiras existentes para a concretização de seus objetivos.

6.5 Inclusão social por meio da iniciação esportista para pessoas com deficiência (PARADESPORTO)

A coordenadora da Coordenadoria de Acessibilidade da UFLA e professora do Departamento de Educação Física (DEF), apresentou um pouco sobre seu projeto de inclusão esportiva.

A orientadora do projeto de extensão intitulado PARADESPORTO mostrou como é o funcionamento do mesmo, falando que *“nós, membros do projeto, vamos até as instituições que possuem pessoas com deficiência para desenvolver atividades físicas e esportivas de forma lúdica. A gente tenta melhorar a qualidade de vida dessas pessoas, as capacidades biomotoras como força, equilíbrio e autonomia, tentando também fortalecer aspectos biopsicossociais dessas pessoas com deficiência, nessas diversas instituições por meio do esporte”*.

De acordo com o documento do projeto de 2016 disponibilizado pela entrevistada, esse tem como objetivo a “inserção de pessoas com deficiência no mundo esportivo, a partir da adaptação das práticas, para que o deficiente tenha a oportunidade de praticar exercícios físicos de maneira monitorada e conseqüentemente uma melhor qualidade de vida” (RESENDE, 2016, p. 3).

Essa é uma das maneiras de incluir as pessoas com deficiência em um dos três pilares da UFLA, que é a extensão, trazendo benefícios, a começar com melhorias na saúde, além de melhorias psíquicas, sociais entre outras.

Os argumentos apresentados pela entrevistada anteriormente têm forte relação com o pensamento de Mazzotta e D'Antino (2011) sobre a importância da inclusão das pessoas com deficiência, por meio de ações inclusivas voltadas para cultura, educação, lazer entre outros setores sociais. Já que ambos acreditam na força da inclusão por meio do lazer.

Ela acrescenta que o projeto disponibiliza e envia alunos da graduação em educação física para a realização dessas atividades, e tem como base a política pública de educação esportista inclusiva.

Por ser um projeto de extensão mais dinâmico e menos normativo, a participação das pessoas com deficiência da cidade de Lavras é grande e os resultados obtidos são presenciados diariamente pelas famílias e pelos participantes.

A professora relatou que *“devido às dificuldades encontradas para auxílio transporte para essas pessoas, a prefeitura juntamente com escolas e clubes de Lavras cederam espaços para a realização dessas atividades esportivas”*, de forma que a participação dos beneficiários nas atividades está diretamente ligada à disponibilidade e comprometimento da família, uma vez que esses têm o compromisso e a responsabilidade de levar seus filhos e/ou familiares para a realização das atividades.

Essa dependência de disponibilidade de familiares para levarem as crianças para realização das atividades é um ponto fraco do projeto, mas já estão buscando soluções apropriadas para esse problema.

Mesmo com as dificuldades apresentadas a participação é grande, visto que as atividades oferecidas são benéficas em diversos pontos para pessoas com deficiência, além de ajudar laboralmente os educadores físicos que participam.

Podendo-se concluir que esse projeto de extensão além de beneficiar as pessoas com deficiência, beneficiam os educadores físicos e outros integrantes do projeto, e por serem atividades não normativas e burocráticas, ou seja, mais interativas, geram maior interesse a esse público, causando assim maior participação.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho possibilitou realizar uma análise da participação dos atores envolvidos nas políticas públicas para pessoas com deficiência, além de conhecer profundamente as responsabilidades dos atores no que se refere à inclusão, e os seus benefícios para a sociedade, para as políticas públicas, para as próprias pessoas com deficiência e para os demais atores envolvidos com a causa. Ademais, possibilitou entender as disfunções e falhas nas políticas e, com isso, propor melhorias.

Esse estudo contribuiu com a discussão sobre a importância da participação dos atores no processo decisório das políticas públicas e em outras atividades inclusivas, além de evidenciar que as políticas públicas são formas de garantia de direitos aos cidadãos e devem ser estudadas, respeitadas e analisadas, devido a sua notável significância.

Ao finalizar a pesquisa, verificou-se que a participação dos atores envolvidos nas políticas públicas para pessoas com deficiência é significativa e forte na cidade de Lavras, posto que são muito engajados, comprometidos e motivados com a causa e sempre estão buscando o melhor para essas pessoas, por meio de projetos, políticas públicas e leis.

Já a participação das pessoas com deficiência dentro de órgãos, instituições, conselhos e demais, não é muito grande. As maiorias dos entrevistados e dos artigos relacionados com a temática alegam que existe desinteresse dessas pessoas em participar e buscar melhorias para sua inclusão, principalmente quando as atividades são mais normativas e legais, sendo o argumento reafirmado pelas pessoas com deficiência entrevistadas.

Outro ponto notado é a necessidade e a importância de parcerias e apoios, tanto entre os atores envolvidos com a causa, quanto no que concerne a auxílios de atores externos, devido à grande abrangência da inclusão das pessoas com deficiência, dado que as parcerias fazem com que as políticas públicas e as ações inclusivas sejam mais fortes e mais efetivas.

Os resultados também denotaram a importância da participação dos usuários/beneficiários no processo decisório das políticas públicas inclusivas, dado que as pessoas com deficiência devem sempre ser consultadas, principalmente antes de implementar a política pública ou outras atividades, pois muitas vezes são executadas de forma incorreta desperdiçando recursos, sendo que com a participação dos usuários isso pode ser evitado.

Outro ponto a ser destacado é a necessidade de melhoria da fiscalização e acompanhamento das ações realizadas pelo governo em prol das pessoas com deficiência, visto que muitas políticas públicas têm ótimos objetivos, porém não são concretizados por

falta de acompanhamento e fiscalização, reforçando o pensamento do “elo perdido” da implementação.

Também foi levantado pelos entrevistados a necessidade de capacitação dos profissionais e familiares que trabalham e convivem com as pessoas com deficiência, como educadores, conselheiros, politólogos, familiares entre outros. Muitos julgam que esses, em sua maioria, não sabem lidar com situações inclusivas. Dessa forma, a capacitação seria uma maneira de treinar e ensinar como se portar de modo correto, acarretando, assim, em uma melhora na inclusão social.

Desta forma, é possível concluir que a participação dos atores envolvidos nas políticas públicas para pessoas com deficiência é grande na cidade de Lavras. Essa participação trouxe consigo benefícios para cidade, mas também apresentou pontos que devem ser melhorados e pensados como: participação das pessoas com deficiência, parcerias e apoios, participação do usuário/beneficiário no processo decisório, fiscalização e acompanhamento, e, por fim, a capacitação dos atores envolvidos.

Além disso, algumas ações que ajudariam na melhoria dessa inclusão e das políticas públicas para pessoas com deficiência seriam: fortalecer as parcerias e os apoios entre os órgãos, instituições, organizações, entidade, associações, secretárias, conselhos, projetos, núcleos entre outros atores interessados pela causa; incentivar e mostrar a importância da participação das pessoas com deficiência nesses atores e no processo decisório das políticas públicas; fiscalizar e acompanhar as ações desses atores e, principalmente, do governo, para garantir que os objetivos sejam coerentes e posteriormente alcançados e que os recursos não sejam desperdiçados; por fim, capacitar os atores envolvidos com a temática por meio de cursos e treinamentos, que ensinam esses a como devem se portar e agir perante uma pessoa com deficiência.

Mesmo com o objetivo alcançado faz-se necessário destacar algumas limitações e dificuldades, a saber: para realizar as entrevistas foi difícil o contato, porém, quase todas as entrevistas planejadas foram realizadas, sendo que somente duas entrevistas não foram concretizadas, devido ao cancelamento da reunião por parte dos entrevistados.

As limitações científicas também existem, pois há poucos estudos na área de participação dos atores envolvidos nas políticas públicas para pessoas com deficiência, tornando assim a pesquisa mais complexa, já em sua maioria os estudos estão ligados à participação da pessoa com deficiência e da sociedade em geral e não desses órgãos, núcleos, associações e etc, além de considerar um sentido de participação diferenciado em sua maioria.

Quanto as suas contribuições, a pesquisa trouxe ganhos tanto para a formação como administradora pública, quanto para a comunidade acadêmica, dessa forma é um assunto que deveria ser continuamente estudado dentro das universidades. Foram obtidas informações de relevância social, por ser um tema pouco respaldado academicamente, portanto os resultados devem ser repassados e expandidos para a sociedade.

Além disso, o trabalho mostra por meio de entrevistas, documentos e pesquisas bibliográficas, resultados para a cidade de Lavras, para as pessoas com deficiência, para a academia e para os atores envolvidos com a causa. Podendo ser uma base para futuras pesquisas, além de mostrar para os gestores públicos seus pontos fracos e fortes, para que sejam repensados, melhorados e corrigidos.

Por fim, encerra-se o presente trabalho sugerindo-se para próximas pesquisas a realização de comparações com outras cidades a respeito da participação dos atores envolvidos nas políticas públicas para pessoas com deficiência. Com intuito de compreender e analisar se essa participação é efetiva só em Lavras ou em outras cidades, além de analisar se os problemas e as disfunções apresentadas nas cidades pesquisadas são similares, para que assim sejam reforçados e repensados os pontos em comum. Outra sugestão é discutir o processo de implementação de forma analisar se o município tem conseguido aplicar as diretrizes do governo federal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Para uma teoria de los estúdios territoriales. In: MANZANAL, M.; NEIMAN, G.; LATTUADA, M. (Orgs.). **Desarrollo rural: organizaciones, instituciones y territorios**. Buenos Aires: Ediciones Ciccus, 2006. p. 51-70. Disponível em: <<http://www.abramovay.pro.br/artigoscientifico/2006>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

AGUILAR VILLANUEVA, L. F. A. (Ed.) **La hechura de las políticas**. México: Porrúa, 1992.

APAE. Conheça a APAE. Lavras, 2017. Disponível em: <http://apaelavras.org.br/?page_id=2>. Acesso em: 12 jun. 2017.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS. **Estatuto APAE de Lavras**. Lavras, 2010. 14 p.

BARRETA, E. M.; CANAN, S. R. Políticas públicas de educação inclusiva: avanços e recuos a partir dos documentos legais. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9, 2012, Curitiba. **Anais...** Curitiba, 2012.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Brasília, DF, 25 ago. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm>. Acesso em: 03 nov. 2016

BRASIL. **Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011**. Brasília, DF, 17 nov. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm>. Acesso em: 03 nov. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012**. Brasília, DF, 11 out. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/D7824.htm>. Acesso em: 03 nov. 2016.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Brasília, DF, 6 jul. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 03 nov. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Benefício assistencial ao idoso e à pessoa com deficiência (BPC)**. Brasília, DF. 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/beneficios-assistenciais/bpc>>. Acesso em: 06 nov. 2016.

BRASIL. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Avanços das Políticas Públicas para as Pessoas com Deficiência: Uma análise a partir das Conferências Nacionais**. Brasília, DF. 2012. Disponível em:

<<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/livro-avancos-politicas-publicas-pcd.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2016.

CAMPOS, C. J. G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**. v. 57, n. 5, p.611-614, 2004.

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIENCIA. **Regimento Interno do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COMDEF/Lavras – MG**. Lavras, 2014. 8 p.

COORDENADORIA DE ACESSIBILIDADE. **Regulamento da Coordenadoria de Acessibilidade da 2016-2020**. Lavras: UFLA, 2016. 3 p.

CUNHA, A. C. B; LEANDRO, M. R. Políticas públicas sobre inclusão na visão de professores de educação especial no Rio de Janeiro. In: SEMINÁRIO SOCIEDADE INCLUSIVA, 5, 2008, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Puc Minas, 2008.

DÍAZ, F., et al. (orgs). **Educação inclusiva, deficiência e contexto social**: questões contemporâneas. Salvador: EDUFBA, 2009. 354 p.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas públicas**: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.

DIEGUES, G. C. A construção da participação social na gestão das políticas públicas: o protagonismo do governo local no Brasil. **Administração Pública e Gestão Social**. V. 4, n. 4, p. 365-380, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.apgs.ufv.br/index.php/apgs/article/view/115>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

DOWBOR, L. **Gestão social e transformação da sociedade**. 1999. Disponível em: <http://dowbor.org/8_gestaosocial.asp>. Acesso em: 06 nov. 2016.

FARAH, M. F. S. Administração pública e políticas públicas. **Rev. Adm. Pública**. V. 45, n. 3, p. 813-836, 2011.

FISCHER, T.; MELO, V. P. Programa de Desenvolvimento e Gestão Social: uma construção coletiva. In: FISCHER, T.; ROESCH, S.; MEL, V. P. (orgs). **Gestão do desenvolvimento territorial e residência social**: casos para ensino. Salvador: EDUFBA, CIAGS/UFBA, 2006.

FLICK, U. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. São Paulo: Artmed, 2009. 196 p.

FRAGA, M. N.O.; SOUSA, A. F. Políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil: o desafio da inclusão social. **Rev. Eletr. Enf**. V.11, n. 2, p. 418-423, 2009.

FRANÇA FILHO, G. C. Definindo Gestão Social. In: SILVA JR, J. T.; MÂISH, R. T.; CANÇADO, A. C. (orgs.). **Gestão Social**: práticas em debate, teorias em construção. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FONTELLES, M.J. et al. Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. **Rev. Para. Med.** V. 23, n. 3, jul.-set. 2009.

GARCIA, R. M. C. **Políticas públicas de inclusão: uma análise no campo da educação especial brasileira.** 2004. 216 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, J. **Teoría de la acción comunicativa II: crítica de la razón funcionalista.** Madrid: Taurus, 1987.

HÖFLING, E.M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes.** V. 21, n. 55, nov. 2001, p. 30-41.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010.** 2017. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **O que as empresas podem fazer pela inclusão das pessoas com deficiência.** São Paulo: Instituto ETHOS, 2002.

JÚNIOR, A.F.B; JÚNIOR, N.F. A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. **Evidência**, Araxá, v. 7, n. 7, p. 237-250, 2011.

LAHERA, E. **Política y políticas públicas.** United Nations Publications, 2004.

LUBENOW, J. A. Esfera pública e democracia deliberativa em Habermas: modelo teórico e discursos críticos. **Kriterion**, Belo Horizonte, n. 121, p. 227-258, 2010.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada.** Porto Alegre: Bookman, 2006. 720 p.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967. 220 p.

MAZZOTTA, M. J. S.; D'ANTINO, M. E. F. Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer. **Saúde e Sociedade**, v. 20, n. 2, p. 377-389, 2011.

MEDEIROS, A.M. **Políticas Públicas.** Portal da Consciência Política. Disponível em: <<http://www.portalconscienciapolitica.com.br/ci%C3%Aancia-politica/politicas-publicas/>>. Acesso em: 25 out. 2016.

MILANI, C. R. S.. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e européias. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 551-579, jun. 2008.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **Rev. adm. contemp.** 2011, v. 15, n. 4, p. 731-747.

OLIVEIRA, L. S.; NOGUEIRA, C. L.; NEVES, M. E. R. Assistência e Inclusão Social das Pessoas Portadoras de Deficiência: a complexidade da questão. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, n. 8, 2004. **Anais...** Coimbra, 2004. 10 p.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF**. 2003. Disponível em: <http://www.periciamedicadf.com.br/cif2/cif_portugues.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2016.

PINTO, I. C. M. Mudanças nas políticas públicas: a perspectiva do ciclo de política. **Revista Políticas Públicas**, v. 12, n. 1, p. 27-36, 2015.

RESENDE et al. **Iniciação esportiva de deficientes em jogos Paralímpico**. Lavras, 2016. 7 p.

ROCHA, T. B.; MIRANDA, T. G. A inclusão de alunos com deficiência no ensino superior: uma análise de seu acesso e permanência. In: DÍAZ, F., et al. (orgs). **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 27-37.

SALES, A. S.; OLIVEIRA, R. F.; ARAÚJO, E. M. Inclusão da pessoa com deficiência em um Centro de Referência em DST/AIDS de um município baiano. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Brasília, v. 66, n. 2, p. 208-214, 2013.

RUA, M.G.; ROMANINI, R. A. **Implementação de políticas públicas**. IGEP, 2014. 74 p.

SARAVIA, E. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (orgs.). **Políticas públicas: coletânea**. Brasília: ENAP, 2006. Cap. 1. P. 21-42.

SELLA, A. C.; MULLER, M. C. É possível a ética do discurso de Habermas para pessoas com deficiência? **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 17, n. 2, p. 181-194, maio/ago. 2011.

SILVA, R. A. et al. Políticas públicas para inclusão social na deficiência: revisão sistemática. **Avances en Enfermería**, v. 30, n. 2, p. 13-24, jul. 2012.

SIMONELLI, A. P.; CAMAROTTO, J. A. Análise de atividades para a inclusão de pessoas com deficiência no trabalho: uma proposta de modelo. **Gest. Prod.**, São Carlos, v. 18, n. 1, p. 13-26, 2011.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez 2006,

TENORIO, F. G. (Re) visitando o conceito de gestão social. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 3, n. 5, p. 101-124, jan./jun. 2005.

TENORIO, F. G. Gestão Social: uma réplica. In: RIGO, A. S. et al (Orgs.). **Gestão social e políticas públicas de desenvolvimento: ações, articulações e agenda**. Recife: UNIVASF, 2010.

TENORIO, F. G. **Tem razão a administração?** 3. ed. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2008a.

TENORIO, F. G. **Um espectro ronda o terceiro setor:** o espectro do mercado. 3. ed. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2008b

TENORIO, F. G. et al. Critérios para avaliação de processos decisórios participativos deliberativos na implementação de políticas públicas. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 3., 2008, Salvador. **Anais...** Curitiba: ANPAD, 2008.

TOLDRÁ, R. C.; SÁ, M. J. C. N. A profissionalização de pessoas com deficiência em Campinas: fragilidades e perspectivas. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 19, n. 1, p. 48-55, 2008.

TUDE, J. M. **Conceitos gerais de políticas públicas:** as políticas públicas e o seu estudo. 26 p. Disponível em: < <http://www2.videolivreria.com.br/pdfs/24132.pdf> >. Acesso em: 20 mar. 2017.

APÊNDICES

Apêndice I

Roteiro da entrevista 1 (Secretaria de Desenvolvimento Social)

- Quais políticas públicas para pessoas com deficiência o município de Lavras possui? Você poderia descrevê-las?
- Quanto tempo estas estão vigentes?
- Como essas estão sendo implementadas?
- Quem são os beneficiários (mais detalhado)?
- Quantas pessoas com deficiência a cidade Lavras possui?
- A SDS de Lavras tem alguns planos e/ou sugestões para a melhoria dessas políticas públicas?
- Existe participação das pessoas com deficiência na formulação, execução e avaliação das políticas públicas?
- Pode realizar um breve resumo da trajetória histórica das políticas públicas de inclusão das pessoas com deficiência no município de Lavras?
- A SDS tem informações de todas as políticas públicas de inclusão de pessoas com deficiências que já foram realizadas no município? Com informações como: quando foram realizadas, como foram realizadas, quais foram os beneficiários, quais foram os resultados? Se sim esses documentos podem ser analisados?
- Qual foi o marco legal da inclusão das pessoas com deficiência em Lavras?
- Como são formuladas as políticas públicas inclusivas em Lavras? Ou seja, quais são os procedimentos para formulação de políticas públicas em Lavras?
- Tem outras informações que julga necessário que deseja acrescentar?

Roteiro da entrevista 2 (APAE)

- Quais políticas públicas que ajudam ou ajudaram no desenvolvimento da APAE, e quais políticas públicas para pessoas com deficiência beneficiam a APAE?
- Quais os benefícios gerados por essas políticas públicas dentro da APAE?
- Quais os benefícios dessas políticas na sociedade civil em geral?
- Quantos alunos a APAE possui?

- A APAE possui alguma política pública exclusiva ou criada por ela?
- A APAE tem alguns planos e/ou sugestões para a melhoria dessas políticas públicas, e da inclusão de pessoas com deficiência em geral?
- Existem participação das pessoas com deficiência na formulação, execução e avaliação das políticas públicas?
- As pessoas com deficiências são escutadas em relação a sua opinião sobre melhorias para inclusão das pessoas com deficiência na APAE?
- A APAE considera que a participação das pessoas com deficiência em todas as fases das políticas públicas e da inclusão é um ponto importante? Justifique sua resposta.
- Tem outras informações que julga necessário que deseje acrescentar?

Roteiro da entrevista 3 (Coordenadoria de acessibilidade UFLA)

- Quais políticas públicas ajudam no desenvolvimento das atividade da coordenadoria de acessibilidade da UFLA, ou seja, quais políticas públicas para pessoas com deficiência beneficiam a UFLA?
- Quais benefícios gerados por essas políticas dentro da UFLA?
- Quais os benefícios dessas políticas na sociedade civil em geral?
- Quantas pessoas com deficiência a UFLA possui?
- A coordenadoria de acessibilidade tem planos e/ou sugestões para a melhoria dessas políticas públicas?
- Existem participação das pessoas com deficiência na formulação, execução e avaliação das políticas públicas na UFLA?
- Qual foi o marco legal da inclusão das pessoas com deficiência na UFLA?
- Tem sugestões de melhorias para as políticas públicas para pessoas com deficiência na UFLA?
- Quais são as principais atividades realizadas pela coordenadoria para inclusão das pessoas com deficiência na UFLA?
- Tem outras informações que julga necessário que deseje acrescentar?

Roteiro da entrevista 4 (COMDEF)

- O que é o COMDEF ?
- Em qual contexto o COMDEF foi criado?

- Quais políticas públicas ajudam no desenvolvimento do COMDEF?
- Como as políticas públicas de inclusão em Lavras ajudam na defesa e garantia dos direitos das pessoas com deficiência?
- Quais benefícios gerados por essas políticas em Lavras?
- Quais os benefícios dessas políticas na sociedade civil em geral?
- Quantas pessoas com deficiência Lavras possui?
- O COMDEF tem alguns planos e/ou sugestões para a melhoria dessas políticas públicas?
- Existem participação das pessoas com deficiência na formulação, execução e avaliação das políticas públicas?
- Como se dá a participação do COMDEF na formulação, execução e avaliação das políticas públicas?
- Tem sugestões de melhorias para as políticas públicas para pessoas com deficiência em Lavras?
- Qual foi o marco legal do COMDEF?
- Tem outras informações que julga necessário que estão relacionadas com a temática que deseja falar?
- Tem outras informações que julga necessário que deseja acrescentar?

Roteiro da entrevista 5 (Pessoas com Deficiência)

- Você é ou já foi beneficiado por alguma(s) política(s) pública(s) para pessoas com deficiência no Município de Lavras? Se sim, quais, como elas funcionam e sugeriria quais melhorias?
- Quais benefícios gerados pelas políticas públicas em sua vida?
- Você acredita que as políticas públicas de inclusão em Lavras ajudam na defesa e garantia dos direitos das pessoas com deficiência?
- Quais os benefícios dessas políticas na sociedade civil em geral e em Lavras?
- Existem participação das pessoas com deficiência na formulação, execução e avaliação das políticas públicas em Lavras?
- Tem sugestões de melhorias para as políticas públicas para pessoas com deficiência em Lavras?
- Em sua opinião a participação das pessoas com deficiência na formulação, execução e avaliação das políticas públicas é um fator de suma importância? Justifique sua resposta.
- Tem outras informações que julga necessário que deseja acrescentar?

Roteiro da entrevista 6 (Assistência Social)

- Qual é o papel/função da assistência social em Lavras?
- Quais políticas públicas para pessoas com deficiência o município de Lavras possui? Você poderia descrevê-las?
- Quanto tempo estas estão vigentes? Caso tenha essa informação.
- Como essas estão sendo implementadas?
- Quem são os beneficiários (mais detalhado)?
- Quantas pessoas com deficiência a cidade Lavras possui?
- A Assistência Social de Lavras tem alguns planos e/ou sugestões para a melhoria dessas políticas públicas e da inclusão em geral?
- Como a Assistência Social ajuda no processo decisório das políticas públicas e na inclusão de pessoas com deficiência?
- Existe participação das pessoas com deficiência na formulação, execução e avaliação das políticas públicas em Lavras?
- Pode realizar um breve resumo da trajetória histórica das políticas públicas de inclusão das pessoas com deficiência no município de Lavras?
- A Assistência Social tem informações de todas as políticas públicas de inclusão de pessoas com deficiências que já foram realizadas no município? Com informações como: quando foram realizadas, como foram realizadas, quais foram os beneficiários, quais foram os resultados? Se sim essas respostas estão documentadas?
- Qual foi o marco legal da inclusão das pessoas com deficiência em Lavras? Ou seja, as leis que regem a inclusão das pessoas com deficiência.
- Como são formuladas as políticas públicas inclusivas em Lavras? Ou seja, quais são os procedimentos para formulação de políticas públicas em Lavras?
- Tem outras informações que julga necessário que deseje acrescentar?